



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 49223

/20 16 Folha 2/3

2. AGENDAS: 01 [] FEAM 02 [] IEF 03 [] IGAM Hora: 10 : 00 Dia: 04 Mês: 10 Ano: 2016

3. Motivação: [] Denúncia [] Ministério Público [] Poder Judiciário [] Operações Especiais do CGFAI [] SUPRAM [] COPAM/CRH [x] Rotina

4. Finalidade
FEAM: [] Condicionantes [] Licenciamento [] AAF [] Emergência Ambiental [] Acompanhamento de projeto [x] Outros
IEF: [] Fauna [] Pesca [] DAIA [] Reserva Legal [] DCC [] APP [] Danos em áreas protegidas [] Outros
IGAM: [] Outorga [] Outros

5. Identificação
01. Atividade Base de armazenamento/distribuição derivados petróleo
02. Código F-02-04-G
03. Classe
04. Porte G
05. Processo nº 00253/2000
06. Órgão:
07. [] Não possui processo
08. [] Nome do Fiscalizado Petrobrás Distribuidora S/A
09. [] CPF 10. [x] CNPJ 34.274.233/0025-71
11. RG. 12. CNH-UF
13. [] RGP [] Tit. Eleitoral
14. Placa do veículo - UF 15. RENAVAM 16. Nº e tipo do documento ambiental
17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica) Base de Betim - Babet
18. Inscrição Estadual - UF
19. Endereço do Fiscalizado - Correspondência: Rua, Avenida, Rodovia Rodovia Fernão Dias
20. Nº. / KM Km 427,5
21. Complemento
22. Bairro/Logradouro Centro 22. Município Betim 24. UF MG
25. CEP 31200-000 26. Cx Postal 27. Fone: () - - - - - 28. E-mail

6. Local da Fiscalização
01. Endereço: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc. C. mesmo
02. Nº. / KM 03. Complemento 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade
05. Município 06. CEP 07. Fone () - - - - -
08. Referência do local
Geográficas DATUM [] SAD 69 [] Córrego Alegre Latitude Grau Minuto Segundo Longitude Grau Minuto Segundo
Planas UTM FUSO 22 23 24 X= 11 (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

10. Croqui de acesso

ESTADO DE MINAS GERAIS

30 DE JUNHO



07 01. Assinatura do Agente Fiscalizador 02. Assinatura do Fiscalizado

8. Relatório Sucinto

Foi recebido em 29/03/2016 o documento intitulado "Relatório de Diagnóstico Ambiental de julho/2013" sob o protocolo nº 326660/2016, elaborado por consultoria (Geosambiente) contra-tada por esta base de combustíveis: TEBET/ABET da Petrobrás Distribuidora S/A. Verificou-se que o citado relatório está incompleto, pois não atende ao que foi determinado pela FEAM no ofício OF GERAC FEAM-SISFUA nº 48/13, por meio do qual fora requisitada a realização de mais uma campanha de monitoramento com amostragem de solo e água subterrânea e a verificação de risco para as vias de exposição, já que o cenário hipotético associado à ingestão de água subterrânea não havia sido contemplado nas campanhas precedentes. Todavia, após a solicitação, a empresa realizou somente volatilização do solo e volatilização da água subterrânea para ambiente aberto, ambos para receptores "on-site".

Examinando o processo da empresa junto ao Sistema, conclui-se: (1) em julho/2016 constatou-se risco à saúde humana decorrente da contaminação; (2) foram removidas 900m³ de terras descobertas sobre o solo entre 2007 e 2008; (3) de abril/2006 a junho/2010, foram medidas concentrações de contaminantes nas águas subterrâneas acima dos valores de investigação-VI; (4) de outubro/2010 a fevereiro/2012, nenhuma amostra superou mais os valores de VI nas 4 monitoramentos executados pela Geosambiente. Essa redução abrupta das concentrações dos contaminantes no ambiente hídrico subterrâneo, sem que tenha sido feita intervenção na área neste período, é incomum e inesperada, em face da persistência destes contaminantes. Esta característica é típica nas áreas contaminadas pela FEAM, o que também é amplamente relatado na literatura sobre áreas contaminadas.

Requer-se: execução de novo monitoramento, o qual deverá contemplar as SAs incluídas TPH total, BTEX, HPA e os metais totais constantes da listagem da Deliberação Normativa Conjunta CONAM/GERH 02/2010. As amostragens e análises deverão ser feitas por laboratório acreditado junto ao Inmetro, seguindo a norma ABNT ISO 17025/2005 e o respectivo relatório deverá conter a ART Anotação de Responsabilidade Técnica. Deverão ser apresentadas à GERAC/FEAM no prazo máximo de sessenta dias a contar desta data: relatório de monitoramento (com análise dos resultados) e uma Avaliação de Risco contemplando todas as vias de exposição hipotéticas ao que se completam. A Avaliação de Risco e o respectivo relatório deverão atender integralmente à norma técnica da ABNT NBR 16.209:2013.

Observação: Constatou-se também que a empresa não fez a Declaração de Áreas Superfícies de Contaminação ou Contaminadas, conforme estabelecido na Deliberação Normativa CONAM nº 116/2008.



9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MAASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
02. Servidor (Nome legível)	MAASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
03. Servidor (Nome legível)	MAASP	Assinatura
Órgão <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM		
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

OF.GERAC.FEAM.SISEMA n. 275/16

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2016.

Em 29/03/2016 foi encaminhado por este empreendimento (base de combustíveis de Betim da Petrobrás Distribuidora S/A) o documento intitulado "Relatório de Diagnóstico Ambiental", de julho de 2013, sob o protocolo nº 326660/2016, elaborado por consultoria contratada (Geoambiente).

O relatório supracitado está incompleto, uma vez que não atende ao que foi determinado por servidor credenciado da FEAM por meio do ofício OF.GERAC.FEAM.SISEMA nº 48/13. Neste expediente, a FEAM requisitou a realização de mais uma campanha de monitoramento com amostragem de solo e água subterrânea com verificação de risco para as vias de exposição, já que o cenário hipotético associado à ingestão de água subterrânea não havia sido contemplado nas campanhas precedentes. Todavia, após a solicitação, foram avaliados apenas: volatilização do solo e volatilização da água subterrânea para ambiente aberto, para receptores on-site. Além disso, verificou-se que esta empresa não atendeu ao que estabelece a Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, ao deixar de declarar área suspeita de contaminação ou contaminada. Em vista disso, foram lavrados o Auto de Fiscalização nº 49223/2016 e o Auto de Infração nº 96139/16, os quais encaminhamos anexos.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, o autuado dispõe do prazo de vinte dias, contados a partir do recebimento do Auto de Infração, para apresentar defesa ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

Examinando o processo da empresa junto ao Sisema, bem como o relatório protocolo nº 326660/2016, pode-se concluir: (1) foi detectada fase livre (querosene de aviação) em área contaminada do empreendimento em 2002 (Relatório da Geoklock), sobre a qual não foi feito mais nenhum relato posterior, nem a respeito da necessária remoção da mesma em caráter emergencial, à época;

À

Petrobrás Distribuidora S/A – Base de Combustíveis de Betim – BABET
Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 427,5 – Centro
32.678-460 – Betim/MG

FEAM	
Protocolo nº:	1162248/16
Divisão:	Querosene
Mat.	Visto



PA.00353/2000

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 - Edifício Minas - 1º andar - Bairro Serra Verde
Telefone: 3915-1443 - Cep: 31630-900 - Belo Horizonte / MG
home page: www.meioambiente.mg.gov.br



OF.GERAC.FEAM.SISEMA n. 275/16 – p. 2


(2) Em julho/2006 constatou-se a existência de risco à saúde humana; (3) entre 2007 e 2008 foram removidas borras oleosas dispostas na área totalizando cerca de 900 m³; (4) com relação aos contaminantes, foram relatadas concentrações que superam os valores de investigação – VI – da legislação nas águas subterrâneas, entre janeiro/2009 e março/2010, sendo que o indeno(1,2,3-cd)pireno superou 5,35 vezes o respectivo VI (valor de investigação); o dibenzo(a,h)antraceno ultrapassou 4 vezes o seu VI; o benzo(a)pireno chegou a superar o VI em 3,47 vezes; o naftaleno foi 3 vezes seu limite (VI) e o benzo(a)antraceno em 1,97; (5) de outubro/2010 a fevereiro/2013, nenhuma amostra superou mais o VI nos quatro monitoramentos executados pela Geoambiente. Portanto, a partir de outubro/2010, houve redução abrupta das concentrações dos contaminantes citados, sem que tenha sido feita intervenção na área.

Dada a persistência característica dos contaminantes que ocorrem nesta área no ambiente hídrico subterrâneo, é inesperado e bastante incomum que as concentrações destes compostos em subsuperfície tenham acentuada redução ou mesmo o “desaparecimento” (abaixo do limite de detecção), o que é amplamente relatado na bibliografia especializada e verificado na experiência da FEAM no acompanhamento de diversas áreas contaminadas por hidrocarbonetos. A persistência ao longo de alguns anos é esperada, especialmente quando as concentrações são relativamente elevadas, o fluxo subterrâneo é característico de meio poroso e não tendo sido feita qualquer remediação no período em que se observou a redução significativa das concentrações dos principais contaminantes, caso da área em questão. Assim, foram feitos requerimentos no Auto de Fiscalização supracitado, a serem observados. Requisita-se novo monitoramento e que a empresa reavalie a contratação de consultoria, a fim de evitar futuras auditorias nas medições ambientais.

Atenciosamente,

Luiz Otávio Martins Cruz

Gerente de Áreas Contaminadas

 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p> <p>POLÍCIA MILITAR FUNDADORIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</p> <p>FEAM FUNDADORIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE</p> <p>IEF INSTRUMENTO FISCAL DE FISCALIZAÇÃO</p>		1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 96139 / 16									
		Lavrado em Substituição ao AI nº:									
		Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº 49223 de 04/10/2016 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: de / /									
3. Órgão Responsável pela lavratura: <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input type="checkbox"/> PMMG		2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO									
Local: BELO HORIZONTE Dia: 06 / 10 / 2016 Hora: 10 : 00											
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento : PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - BASE DE BETIM (BABET)										
	Data Nascimento: _____ Nome da Mãe: _____										
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 34.274.233/0025-71 <input type="checkbox"/> Outros: _____										
	Endereço do Autuado / Empreendimento : (Correspondência) RODOVIA FERNÃO DIAS Nº. / km: KM 427,5 Complemento: _____										
	Bairro/Logradouro: CENTRO Município: BETIM UF: MG										
CEP: 32678-460 Cx Postal: _____ Fone: () _____ E-mail: _____											
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: _____ <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ : _____		Vínculo com o AI Nº: _____								
	Nome do 2º envolvido: _____ <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ : _____		Vínculo com o AI Nº: _____								
6. Descrição Infração	HOVE DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 2º DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 116/2008, AO DEIXAR DE APRESENTAR A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, O FORMULÁRIO DE CADASTRO DE ÁREAS SUSPEITAS DE CONTAMINAÇÃO E CONTAMINADAS POR SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.										
7. Coordenadas da Infração	Geográficas : DATUM: <input type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000		Latitude: _____ Longitude: _____								
	Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= _____ (6 dígitos) Y= _____ (7 dígitos)										
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	83	I	116			44844/08					
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes					
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento	
10. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica											
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade		Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total			
	GRAVÍSSIMA G		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária		R\$ 16.616,27			16.616,27			
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$						
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: ()										
	Valor total das multas: 16.616,27 (DEZESSEIS MIL SEISSENTOS E DEZESSEIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS)										
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ()											
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	RECOMENDA-SE A ADIÇÃO DAS MEDIDAS INDICADAS NO AUTO DE FISCALIZAÇÃO 49223/16										
13. Depositário	Nome Completo:					<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ :					
	Endereço: Rua, Avenida, etc.					Nº / km:	Bairro / Logradouro :	Município :			
	UF:	CEP:	Fone:		Assinatura:						
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA FEAM , NO SEGUINTE ENDEREÇO: RODOVIA PARA JOÃO PAULO II, 4143 - SERRA VERDE CEP: 31630-900											
14. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível)					MASP:		Assinatura do servidor:			
	Maria do Carmo Fontes Bonfatti					1042862-7		[Assinatura]			
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)					Função/Vínculo com Autuado:		Assinatura do Autuado/Representante Legal				



CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 36139 /20 16														
Local: BELO HORIZONTE			Dia: 06			Mês: OUTUBRO			Ano: 2016			Hora: 10:00		
1. Descrição Infração		HOUE DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO FORMULADA POR SERVIDOR CREDENCIADO DA FEAM POR MEIO DO OF-GERAC-FEAM Nº 048/13, AO NÃO PROTOCOLAR NA GERAC/FEAM ATÉ O PRESENTE A AVALIAÇÃO DE RISCO DE SUA ÁREA CONTAMINADA CONTEMPLANDO TODOS OS CENÁRIOS.												
		2. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:				
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		Grau Min. Seg.		Grau Min. Seg.						
						(6 dígitos)		(7 dígitos)						
3. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão		
		83	4	402			44844/08							
4. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes							
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento			
5. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica												
6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total			
		LEVE	G	<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária										
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$					
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: ()												
		Valor total das multas: R\$: ()												
7. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$: ()												
8. Depositário		Nome Completo :						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ :		<input type="checkbox"/> RG:		
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro :		Município :		
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:						
9. Descrição Infração														
10. Coordenadas da Infração		Geográficas:		DATUM:		Latitude:		Longitude:						
		Planas: UTM		FUSO 22 23 24		Grau Min. Seg.		Grau Min. Seg.						
						(6 dígitos)		(7 dígitos)						
11. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão		
12. Atenuantes /Agravantes		Atenuantes					Agravantes							
		Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento			
13. Reincidência		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica												
14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP		Infração	Porte	Penalidade			Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total			
				<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária										
		ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$					
		Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: ()												
		Valor total das multas: R\$: ()												
15. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações		No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$: ()												
16. Depositário		Nome Completo :						<input type="checkbox"/> CPF:		<input type="checkbox"/> CNPJ :		<input type="checkbox"/> RG:		
		Endereço: Rua, Avenida, etc.						Nº / km:		Bairro / Logradouro :		Município :		
		UF:		CEP:		Fone:		Assinatura:						
17. Assinaturas		01. Servidor : (Nome Legível)					MAASP:		Assinatura do servidor :					
		Maria do Carmo Fonte Boni Souza					1043863-4		[Assinatura]					
		02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)					Função/Vínculo com Autuado :		Assinatura do Autuado/Representante Legal:					

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NO
EN

**Petrobrás Distribuidora S/A – Base de Combustíveis de
Betim – BABET**

Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 427,5 – Centro
32.678-460 – Betim/MG

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAS / PAYS



DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

OF. GERAL - Fern 275/16

AF. 49223/16 - AI. 96139/16

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Adão Carlos Veloso

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

11/10/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

98413574

11 OUT 2016

MG

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

455271/2016

AJ 96139/2016

À

FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**PRESIDÊNCIA DA FEAM****Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, bairro Serra Verde,****Belo Horizonte/MG****CEP 31.630-900****Assunto: OF.FEAM.GERAC.SISEMA 275/16, Auto de Fiscalização 49223/2016 e****Auto de Infração 9619/2016****Processo nº: 00253/2000/007/2012**

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. – “BR”, com sede à Rua Correia Vasques, nº 250, Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 34.274.233/0001-02 e endereço regional na Rodovia Fernão Dias, BR-381, km 427,5, Centro, na cidade de Betim/MG, de CNPJ 34.274.233/0025-71, neste ato representada pelo Gerente da Base de Betim (BABET), vem, tempestivamente, apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA** em resposta ao Ofício e ao Auto de Fiscalização supra citados, nos termos que se seguem.

- DOS FATOS

Os documentos emitidos por esta Fundação registram que o relatório de diagnóstico ambiental, protocolado sob o número 326660/2016, não atende ao que foi determinado por servidor credenciado da FEAM, por meio do Ofício OF.FEAM.GERAC.SISEMA 48/13, de 04/02/2013.

Consta do referido Ofício a seguinte descrição:

data de envio 01/11

SIGED**00207538 1501 2016**

Anotar abaixo o número do SIPRO

"Que o Relatório de Diagnóstico Ambiental de julho de 2013, protocolado em 29/03/2016, está incompleto, uma vez que não atende ao que foi determinado por servidor credenciado da FEAM por meio do ofício OF.GERAC.FEAM.SISEMA 48/13. Neste expediente, a FEAM requisitou a realização de mais uma campanha de monitoramento com amostragem de solo e água subterrânea com verificação de risco para as vias de exposição, já que o cenário hipotético associado à ingestão de água subterrânea não havia sido contemplado nas campanhas precedentes. Todavia, após a solicitação, foram avaliados apenas: volatilização do solo e volatilização da água subterrânea para ambiente aberto, para receptores on-site."

Contudo, os Autos de Fiscalização e Infração lavrados pela FEAM não merecem prosperar, pelas razões que se seguem.

- DO MÉRITO

Em primeiro lugar, é de se destacar que a Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, não ostenta natureza de lei, não podendo por essa razão criar direitos e obrigações para terceiros.

Nessa feita, não poderia esta Deliberação Normativa presumir a existência de contaminações em áreas que estejam sendo utilizadas para o exercício de alguma atividade potencialmente poluidora, já que a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 170 e Lei de nº 6.938/81, já previram os mecanismos de controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, sendo o licenciamento ambiental destas atividades o principal deles.

Em suma, o exercício de uma atividade empresarial de cunho potencialmente poluidor já se encontra devidamente fiscalizado pelo Poder Público, por meio dos mecanismos de controle dispostos na Constituição e na lei, não cabendo à Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008 desempenhar tal tarefa, já que, nos termos do Art. 5º, inciso II, da



Constituição Federal de 1988 ***"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"***.



Contudo, em que pese as alegações acima, em 04 de março de 2013, realizou-se uma reunião entre GERAC e BR, conforme registros constantes do Anexo I - Agendamento, para alinhamento dos serviços que seriam realizados em atendimento ao citado no OF.FEAM.GERAC.SISEMA 48/13.

Posteriormente, em 03 de abril de 2013, por meio do protocolo de correspondência (Anexo II Correspondência BR 13-03-13 - Regional COPAM 0304/2013 - R366332/2013), a BR apresentou, além do Relatório de Monitoramento ID GEOMG 12169, concluído em fevereiro de 2013, uma ratificação junto à GERAC das ações que seriam implementadas, bem como o plano de atendimento (Anexo III - Plano de Atendimento do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 48/13) para realização do estudo solicitado, atendendo ao que foi acordado na referida reunião.

Faz-se forçoso registrar que não houve qualquer resposta e/ou questionamento sobre tais ações, até a emissão do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 275/16 e Auto de Fiscalização 49223/2016, recebidos com total surpresa pela BR.

Destaca-se que tais documentos não fazem menção aos assuntos tratados previamente na referida reunião do dia 04 de março de 2013, nem às documentações protocoladas em 03 de abril de 2013, ratificando os assuntos acordados.

Ressalta-se que o Relatório de Diagnóstico Ambiental ID GEOMG 13044, concluído em julho de 2013 e protocolado nesta Fundação em 29 de março de 2016 (Anexo IV - Correspondência GOP/GROC/BABET-014/2016), **atende integralmente** ao que foi tratado e ratificado posteriormente, conforme exposto acima.

E, se não bastasse isso, a BR vem, ao longo de todos os anos, atendendo a todas as solicitações constantes dos ofícios, atas de reuniões, autos de fiscalização e condicionantes, relativas ao gerenciamento do passivo ambiental identificado no local, **sem a existência de quaisquer questionamentos relativos aos 12 (doze) estudos executados, realizados por 05 (cinco) empresas distintas as quais utilizaram 03 (três) laboratórios diferentes.**

Para a execução destes estudos foram empregadas diversas técnicas de investigação, tais como, levantamentos geofísicos GPR (Ground Penetrating Radar) 2D e SEVME (Sondagem Elétrica Vertical Multieletrodos) Geoquímica e Hidroquímica, bem como foram avaliados diversos parâmetros químicos (metais, BTEX, PAH, TPH, entre outros).

Todas essas empresas estavam devidamente registradas no CREA/MG quando da execução dos serviços, cujos estudos apresentados contém a devida ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional habilitado.

É importante salientar que os laboratórios utilizados estavam acreditados pela Norma Técnica ABNT NBR ISO IEC 17.025/2005, a partir da sua validade, sendo apresentados nos relatórios o escopo de acreditação e a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos respectivos laboratórios.

Ressalte-se ainda que ocorreram reuniões entre FEAM e BR, com apresentação dos trabalhos que estavam em andamento conforme registros acima e Anexo V - Síntese de Reunião 4753-2009 sobre diagnóstico e remediação 18/05/09 e Anexo VI - Síntese de Reunião 2499-2007 com vistas ao licenciamento - 07/11/07.

Os resultados obtidos nos diversos estudos na área, desde 2009, não indicaram a necessidade de intervenção, face ao decaimento das

concentrações dos compostos de interesse de forma geral em todas as campanhas de amostragem.

Quanto ao processo de contratação de empresa de consultoria, cabe destacar que a BR é uma empresa estatal que, por essa razão, submete-se aos trâmites legais de contratação por meio de processos licitatórios.

Nessa feita, as empresas participantes dos certames devem se cadastrar previamente junto à BR, atendendo a requisitos exigidos para tal, estando a partir de então, aptas a participar de processos licitatórios. Adicionalmente nos processos de contratação de diagnóstico ambiental, as empresas apresentam comprovações de capacidade técnica adequadas aos serviços a serem executados. Desta forma, a empresa contratada é aquela que venha a atender os requisitos estabelecidos e a especificação técnica constante no contrato a ser firmado.

Por oportuno, a BR entende importante e busca a participação do Órgão Ambiental no processo de gerenciamento de áreas contaminadas, conforme demonstrado nos registros apresentados nesta correspondência.

Quanto ao cenário de exposição hipotético para ingestão de água subterrânea não considerada nos estudos realizados, é importante tecer as seguintes considerações:

- Observou-se que, embora conste do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 48/13, a informação de que não foi considerado o cenário hipotético associado a ingestão de água subterrânea, nos estudos realizados, em momento nenhum, a sua execução foi claramente solicitada. Assim também, não cabe a citação de que houve descumprimento de determinação formulada pelo Servidor credenciado deste Órgão, tendo sido considerados apenas os cenários identificados e reais, conforme norma.

- Observou-se ainda, que o estudo de avaliação de risco realizado para a área, foi executado antes da elaboração das normativas atualmente vigentes para elaboração de avaliação de risco, especificamente a ABNT NBR 16209/2013 - Avaliação de risco a saúde humana para fins de gerenciamento de áreas contaminadas, citado no Auto de Fiscalização 49223/2016. Em tempo, verificou-se que nem esta Norma Técnica e nem os procedimentos anteriores estabeleciam que cenários hipotéticos deveriam ser obrigatoriamente considerados em estudos de avaliação de risco.
- Reforçou-se que, na área em questão, não há e não houve registro da existência de poço de abastecimento.
- Cabe destacar que a Norma Técnica ABNT NBR 16209/2013, estabelece os seguintes requisitos técnicos para consolidação quanto aos cenários de exposição a serem considerados em avaliações de risco:

"Cenário de Exposição - situação com chance real de ocorrência onde o receptor pode vir a ser direta ou indiretamente exposto à(s) substância(s) química(s) de interesse, sem considerar condições extremas ou virtualmente impossíveis."

"4.2.1 Caracterização dos cenários de exposição

A caracterização dos cenários de exposição consiste em definir todos os caminhos pelos quais a contaminação se desloca a partir da fonte primária e chega a uma população potencialmente exposta.

Cada cenário de exposição deve descrever um único mecanismo pelo qual cada população pode ser exposta a uma substância química, considerando um PDE e uma via de ingresso.

Os cenários de exposição devem ser sempre relacionados aos seguintes elementos:

- a) fonte primária de contaminação;
- b) fonte secundária de contaminação;

- c) caminho de exposição;
- d) ponto de exposição (PDE);
- e) via de ingresso;
- f) receptores."

"4.2.1.4 Pontos de exposição (PDE)

Os PDE, onde podem ocorrer o contato das SQI com um potencial receptor, devem ser identificados para cada compartimento do meio físico impactado ou potencialmente impactado, considerando os cenários atuais e futuros de uso e ocupação.

Os seguintes compartimentos devem ser considerados para a identificação de PDE:

- a) água subterrânea: se ocorrer a utilização de poços e nascentes para abastecimento municipal, industrial, doméstico e agrícola, bem como para atividades recreacionais."

"4.2.1.8 Consolidação dos cenários de exposição

A consolidação dos cenários de exposição deve contemplar somente as situações em que uma SQI está (ou estará) em contato com as populações potencialmente expostas.

Os elementos descritos anteriormente devem estar identificados e caracterizados para que um cenário de exposição seja considerado completo. A caracterização de cada um desses elementos deve servir como base para identificação de eventos de exposição atuais e futuros relacionados à área de interesse.

A integração de todas as informações de 4.2.1.1 a 4.2.1.7 permite determinar os cenários de exposição.

Devem ser consideradas três situações quanto aos cenários de exposição:

a) cenários de exposição completos. Todos os seis elementos estão presentes;

b) cenários potenciais de exposição. Um ou mais dos elementos podem não estar presentes, mas não existe informação suficiente para eliminar ou excluir o cenário;

c) cenários de exposição incompletos. Um ou mais dos elementos estão ausentes. Neste caso, o cenário não é considerado na avaliação de risco."

- Ademais, os últimos estudos não apresentaram resultados acima dos valores de referência de modo que pudessem ser consideradas em avaliações temporais. Não sendo detectada pluma de contaminação acima dos valores de referência, entende-se que não seria razoável inferir ponto de exposição hipotético para um cenário que já não tem uma via de exposição, no caso, o consumo de água subterrânea, em uma área industrial.

Quanto à execução de novos estudos ambientais solicitados nos documentos supra referenciados, esclarece-se que o prazo (60 dias) estabelecido para execução e apresentação não será suficiente para tal, visto os tramites de contratação a que a BR, pela natureza de empresa estatal que ostenta, está sujeita, bem como a definição e complexidade dos serviços a serem executados.

- DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, a BR, com fulcro no princípio constitucional da legalidade, e com base na documentação anexada junto à defesa, requer a declaração de insubsistência dos Autos de Fiscalização e Infração em apreço, com o cancelamento da penalidade de multa aplicada, por ser medida de justiça!

Por eventualidade, caso o pedido acima não seja acolhido, a BR requer o agendamento de reunião técnica para detalhamento e alinhamento das ações que atendam as expectativas do Órgão Ambiental, salientando, desde já, que, uma vez definidas as ações em conjunto, será necessário um prazo de aproximadamente 120 (cento e vinte) dias para execução e apresentação do relatório técnico no órgão ambiental.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Betim, 28 de outubro de 2016.



Ricardo Rodrigues Costa
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A
Base de Betim - BABET

Anexos:

Anexo I – Agendamento.

Anexo II Correspondência BR 13-03-13 - Regional COPAM 0304/2013 – R366332/2013.

Anexo III – Plano de Atendimento do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 48/13.

Anexo IV – Correspondência GOP/GROC/BABET-014/2016.

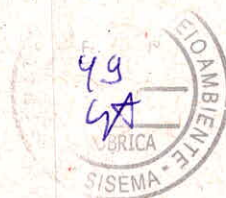
Anexo V - Síntese de Reunião 4753-2009 sobre diagnóstico e remediação 18.05.09.

Anexo VI - Síntese de Reunião 2499-2007 com vistas ao licenciamento - 07.11.07.

Anexo VII - Notificação FEAM sobre o protocolo das ações e plano de atendimento ao OF.GERAC.FEAM.SISEMA 48-13.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração



CONTROLE DE AUTO DE INFRAÇÃO

INTERESSADO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A – BASE DE BETIM (BABET)	
PROCESSO Nº 455271/2016	AI Nº 96139/2016

Houve apresentação de defesa tempestiva nos autos: ☒ SIM ☐ NÃO

Do controle de legalidade realizado no Auto de Infração constatou-se vício sanável, devendo o mesmo ser alterado, à medida que apresenta:

☒ ausência ou erro no valor da multa.

Podemos concluir que o presente auto de infração deverá:

☒ ser alterado e reaberto o prazo para defesa ou pagamento, com notificação do autuado.

Observações: O autuado foi incurso no **artigo 83, anexo I, códigos 116 e 102 do Decreto nº 44.844/2008**, pois “houve descumprimento do artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, ao deixar de apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias químicas” e “houve descumprimento de determinação formulada por servidor credenciado da FEAM por meio do Of. Gerac. Feam nº 048/13, ao não protocolar na Gerac/Feam até o presente a avaliação de risco de sua área contaminada contemplando todos os cenários”, respectivamente. Para a primeira infração foi aplicada penalidade de **multa simples**, no valor de **R\$ 16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos)**, e para a segunda penalidade de advertência.

Todavia, pelo Poder da Autotutela, conforme Súmula nº 473 do STF, bem como pela observância do Princípio da Legalidade; o auto de infração deverá ser alterado por padecer de vício sanável. Deverá constar o valor correto da multa simples, referente à infração do **código 116**, no valor de **R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, por se tratar de infração classificada como **gravíssima** e empreendimento **porte grande**, conforme descrito pelo agente fiscalizador no Auto de Fiscalização nº 49223/2016 e Auto de Infração nº 96139/2016;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração

tudo em observância à Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.349, de 29 de janeiro de 2016, que atualizou a tabela do anexo I, do Decreto nº 44.844/2008, para o exercício de 2016.

Assim, o auto de infração deverá ser alterado para constar o valor correto de **R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, no que se refere à infração do art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008, mantidos os demais elementos do auto de infração.

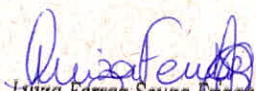
O empreendimento autuado deverá ser notificado, com **reabertura do prazo de defesa**, observados os requisitos dos artigos 59 e 72, do Decreto Estadual nº 47.383 de 02 de março de 2018.

Deverá ser notificado o autuado para ciência da revisão e da reabertura do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar defesa ou efetuar o pagamento da multa, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa do Estado.

Remetam-se os autos ao Presidente da FEAM.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2018.

Servidor:


Luiza Ferraz Souza Frisancho
Analista Ambiental
NAI/FEAM
Masp: 1.364.383-8



PROCESSO N.º 455271/2016

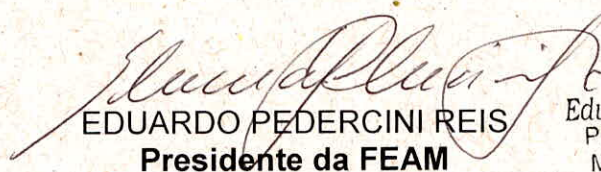
AUTO DE INFRAÇÃO N.º 96139/2016

AUTUADO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A – BASE DE BETIM (BABET)

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, conforme previsão do artigo 16-C, § 1º, da Lei Estadual n.º 7.772/1980, tendo em vista o Controle de Auto de Infração, decide, no exercício do Poder da Autotutela, constante na Súmula nº 473 do STF, e em atendimento ao Princípio da Legalidade, pela revisão do auto de infração, alterando o valor da multa simples aplicada à infração do art. 83, anexo I, **código 116**, do Decreto nº 44.844/2008, para o importe de **R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)**, tendo em vista o **porte grande** do empreendimento e a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.349, de 29 de janeiro de 2016, que atualizou a tabela do anexo I, do Decreto nº 44.844/2008, para o exercício de 2016. Os demais elementos do auto de infração deverão ser mantidos.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar defesa. Dê ciência ao interessado na forma lei. Em seguida, devem ser observados os trâmites processuais.

Belo Horizonte *21 de Agosto* de 2018.


EDUARDO PEDERCINI REIS
Presidente da FEAM

Eduardo Pedercini Reis
Presidente da FEAM
MASP 1 464.328-2

ILMO. SR. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO N.º 96139/2016

AUTO DE FISCALIZAÇÃO N.º 49.223/2016

Proc. Administrativo nº 455271/2016

Ofício FEAM nº 828/2018 NAI/GAB/FEAM/SISEMA

SIGED




00766821 1501 2018

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. (BR), sociedade empresária, com sede na rua Correia Vasques nº. 250, 3º andar – bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.211-190, endereço onde receberá intimações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.274.233/0001-02 (doc.01), vem, através de seu representante legal, procuração anexa (doc.02), apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA** em relação à alteração do Auto de Infração Ambiental acima epigrafado, pelas razões de fato e de direito a seguir:

DA TEMPESTIVIDADE

2. A intimação sobre a alteração do Auto de Infração nº 96.139/2016 foi recebida no endereço da Base de Betim da Petrobras Distribuidora (doravante designada simplesmente **BR**), na cidade de Betim/MG, em 19.09.2018.
3. Conforme dispõe o artigo 33 do Decreto 44.844/2008, o autuado poderá oferecer defesa administrativa, no prazo de 20 dias, contados da data da notificação, sendo portanto tempestiva a presente manifestação.



DA SÍNTESE DA AUTUAÇÃO

4. Trata-se de auto de infração (doc.03) com aplicação da penalidade de multa lavrado em 04.10.2016, emitido em complementação ao Auto de Fiscalização 49223/2016, com fulcro nas descrições a seguir reproduzidas:

"Descrição Infração: Houve descumprimento do artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, ao deixar de apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias químicas."

"Descrição da Infração: Houve descumprimento de determinação formulada por servidor credenciado da FEAM por meio do OF.GERAC.FEAM nº 048/13, ao não protocolar na GERAC/FEAM até o presente a avaliação de risco de sua área contaminada contemplando todos os cenários."

5. Diante do entendimento acima, o agente de fiscalização entendeu por bem, inicialmente, aplicar à empresa a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 16.616,27, tendo por fundamento legal o artigo 83, Anexo I, código 116, além de advertência, com base no código 102 do Decreto 44.844/08, que tipifica as infrações:

"Art. 83. Constituem infrações às normas sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, as tipificadas no Anexo I."

Código	116
Especificação das Infrações	Descumprir determinação ou deliberação do Copam.
Classificação	Gravíssima
Incidência da Pena	Multa simples

Código	102
Especificação das Infrações	Advertência, sob pena de conversão em multa simples. Deixar de atender ou descumprir determinação de servidor credenciado, que não seja objeto de infração específica –
Pena	Advertência, sob pena de conversão em multa simples.
Classificação	Leve

6. Num segundo momento, com base no exercício do poder de autotutela, a Fiscalização entendeu por bem majorar a penalidade aplicada para R\$ 83.074,72, mantidos

os demais elementos do auto de infração lavrado e abrindo oportunidade para a Requerente se manifestar sobre a majoração.

7. Com a devida vênia, a Fiscalização não agiu com seu habitual acerto, sendo no todo insubsistente o auto de infração hostilizado, como se verá a seguir.

DA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FATOS E EQUÍVOCO DA AUTUAÇÃO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8. De início, a Requerente reitera em todos os seus termos a primeira defesa apresentada, apresentando a seguir os argumentos complementares oportunizados em razão da nova intimação para apresentação de defesa neste feito.

9. Conforme histórico do caso, no ano de 2016 a Requerente foi multada por não ter apresentado à FEAM o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias química, relativo ao empreendimento localizado em Betim, denominado Base de Betim.

10. Ocorre que, como é de pleno conhecimento e acompanhamento desse órgão, a contaminação existente no empreendimento é de conhecimento da FEAM desde o ano de 2006, sendo certo que a BR vem ao longo dos anos atendendo a todas as solicitações requeridas pelo órgão ambiental, tendo sido realizadas, inclusive, várias reuniões e tratativas em relação ao gerenciamento do passivo ambiental identificado no local. Durante todo o percurso já cursado, **não houve, até o momento da malfadada autuação, qualquer ponderação do órgão autuante acerca da necessidade de apresentação do referido formulário, que tem como objetivo único e exclusivo de comunicar a ocorrência de contaminação em determinado local, que no caso concreto já era de conhecimento da FEAM!!**

11. Nesse contexto, à luz do princípio da boa-fé que deve pautar as relações entre os particulares e a Administração Pública, **não é crível que após decorridos 10 anos da efetiva gestão da área contaminada, devidamente acompanhada pelo órgão ambiental,** a Fiscalização venha autuar a Requerente pela não apresentação do formulário contido na

descrição da infração, formalidade esta dispensável diante do contexto do caso, já de conhecimento da Fundação de Meio Ambiente.

12. Nesse ponto, convém destacar a desnecessidade do formulário em questão, visto que o mesmo tem por objetivo dar ciência ao órgão fiscalizador sobre eventual contaminação existente em área dentro do Estado de Minas Gerais, para o devido tratamento de acompanhamento, situação que no caso vertente já se encontrava concretizada “de fato” pois tanto a Requerente, como o órgão ambiental, tinham plena ciência e acompanhavam o caso desde 2006, sendo portanto desarrazoada a exigência a *posteriori* de declaração da Requerente no sentido de comunicar a contaminação na área, já conhecida pela FEAM.

13. Considerando a conduta do órgão ambiental de acompanhamento da gestão da área contaminada em foco, não é razoável que após decorridos 10 anos da ciência da contaminação a Fiscalização autue a Requerente pela não apresentação da comunicação sobre o passivo, **que era de pleno conhecimento do órgão**, situação que de forma flagrante denota **comportamento contraditório por parte da Administração** que ofende a boa fé e é contrário às regras de direito, o denominado *venire contra factum proprium*.

14. Com efeito, espera-se da Administração Pública, quer nas relações firmadas com os administrados, quer nas relações firmadas com seus próprios servidores, a adoção de condutas razoáveis. Posturas ilógicas, contraditórias e surpreendentes representam violação ao princípio da segurança jurídica e da boa-fé objetiva.

15. Nessa seara, o princípio do *venire contra factum proprium* nada mais é do que a proibição de comportamento contraditório e “é modalidade de abuso de direito que surge da violação ao princípio da confiança – decorrente da função integrativa da boa-fé objetiva (CC, art. 422)”.¹ Essa vedação de comportamento contraditório decorre da boa-fé objetiva, expressamente prevista no art. 422 do Código Civil, e obsta que alguém venha a contradizer a sua própria conduta, após ter produzido em outrem uma determinada expectativa.

¹ Cristiano Chaves de Farias, Direito Civil. Teoria Geral. Editora: Lumen Juris, 2005, pág. 474

16. E é justamente nesse contexto que se encontra a situação ora debatida. Vê-se que a Requerente BR ao longo de todos esses anos de gestão da contaminação detectada no empreendimento, em situação que contou com o devido acompanhamento do órgão autuante, nunca foi instada a formalizar a comunicação sobre o passivo já conhecimento, **situação que gerou legítima expectativa de que estaria atuando de forma regular**, haja vista que nunca foi instada a suprir a formalidade que no caso vertente não tem nenhuma consequência prática benéfica para a Administração.

17. E nessa esteira o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou, no sentido de que se aplica ao poder público a vedação do comportamento contraditório:

"1. Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, bem como a vedação ao comportamento contraditório (venire contra factum proprium), impedem que a Administração, após praticar atos em determinado sentido, que criaram uma aparência de estabilidade das relações jurídicas, venha adotar atos na direção contrária, com a vulneração de direito que, em razão da anterior conduta administrativa e do longo período de tempo transcorrido, já se acreditava incorporado ao patrimônio dos administrados.

(...)

6. Hipótese concreta que não cuida da aplicação da teoria do fato consumado para convalidar ato ilegal, o que é rechaçado por esta Corte, mas de fazê-la incidir, juntamente com os princípios da segurança jurídica e boa-fé, para tornar sem efeito atos praticados com ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade." (STJ - RMS 20572/DF – Relatora Ministra LAURITA VAZ – Quinta Turma - DJe 15/12/2009)

18. Ressalte-se, ainda, o princípio da segurança jurídica encontra-se previsto no artigo 5º, XXXVI, CF; o princípio da boa-fé objetiva que encontra esteio tanto no princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37, *caput*, CF, como no artigo 2º, parágrafo único, IV da Lei nº 9.784/99:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:



(...)

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

19. Assim, a aplicação do princípio de vedação ao comportamento contraditório nas relações jurídico administrativas é decorrência lógica do cumprimento do dever estatal de respeito aos direitos e garantias fundamentais, da aplicação dos valores constitucionais da solidariedade social, segurança jurídica e dignidade humana, assim como da observância dos princípios constitucionais dirigidos à Administração Pública, em especial a moralidade e a impessoalidade administrativa, essa última como projeção do princípio da isonomia.

20. Porquanto viciado o ato impugnado, não resta dúvida de que o abuso perpetrado pela Fiscalização deve ser invalidado, avocando-se a mesma autotutela suscitada pelo órgão autuante como fundamento para a modificação da penalidade aplicada no presente caso, diante da flagrante ilegalidade da infração imputada à Requerente.

DO NÃO CABIMENTO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

21. Notadamente em relação à penalidade de advertência aplicada, em razão de supostos inconsistências nos laudos ambientais apresentados, também não prospera a infração.

22. Como já mencionado na defesa preliminar apresentada, viu-se que após a realização de reuniões na FEAM em 04.03.2013 houve alinhamento entre a Requerente e o órgão ambiental em relação aos serviços que seriam realizados no local impactado.

23. Conforme histórico, em 03 de abril de 2013, por meio do protocolo de correspondência já anexada a esses autos, a BR apresentou, além do Relatório de Monitoramento ID GEOMG 12169, concluído em fevereiro de 2013, uma ratificação junto à GERAC das ações que seriam implementadas, bem como o plano de atendimento para realização do estudo solicitado, atendendo ao que foi acordado na referida reunião.

24. Em que pese a oportunidade em se manifestar, registra-se que não houve qualquer resposta e/ou questionamento sobre tais ações, até a emissão do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 275/16 e Auto de Fiscalização 49223/2016, recebidos com total

surpresa pela Requerente BR, uma vez que todas as ações e cronograma foram acompanhados pelo órgão ambiental.

25. Por oportuno, importante ressaltar que o Relatório de Diagnóstico Ambiental ID GEOMG 13044, concluído em julho de 2013 e protocolado nesta Fundação em 29 de março de 2016 atendeu integralmente ao que foi tratado e ratificado posteriormente, conforme exposto acima.

26. E, se não bastasse isso, a BR vem, ao longo de todos os anos, atendendo a todas as solicitações constantes dos ofícios, atas de reuniões, autos de fiscalização e condicionantes, relativas ao gerenciamento do passivo ambiental identificado no local, sem a existência de quaisquer questionamentos relativos aos 12 (doze) estudos executados, realizados por 05 (cinco) empresas distintas as quais utilizaram 03 (três) laboratórios diferentes.

27. Conforme já ressaltado, mas que vale a pena repetido, o estudo questionado pela Fiscalização empregou diversas técnicas de investigação, tais como, levantamentos geofísicos GPR (Ground Penetrating Radar) 2D e SEVME (Sondagem Elétrica Vertical Multieletrodos) Geoquímica e Hidroquímica, bem como foram avaliados diversos parâmetros químicos (metais, BTEX, PAH, TPH, entre outros). Todas as empresas executoras estavam devidamente registradas no CREA/MG quando da execução dos serviços, cujos estudos apresentados contém a devida ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional habilitado.

28. Importante salientar, ainda, que os laboratórios utilizados estavam acreditados pela Norma Técnica ABNT NBR ISO IEC 17.025/2005, a partir da sua validade, tendo sido apresentados nos relatórios o escopo de acreditação e a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos respectivos laboratórios.

29. Com efeito, registra-se ainda o fato de que ocorreram reuniões entre FEAM e BR, com apresentação dos trabalhos que estavam em andamento conforme registros acima mencionados, já anexados a esses autos quando a apresentação da 1ª defesa, sendo certo que os resultados obtidos nos diversos estudos na área, desde 2009, não indicaram a necessidade de intervenção, face ao decaimento das concentrações dos compostos de

interesse de forma geral em todas as campanhas de amostragem, situação que se confirma diante do cenário atual do site, vez que a área hoje é considerada reabilitada para uso declarado (é o consta no inventário de áreas contaminadas).

30. Nesse contexto, mostra-se totalmente indevida a imposição de advertência à Requerente, diante da regularidade dos estudos apresentados, que culminaram com o sucesso da gestão da área.

31. Quanto à questão do cenário de exposição hipotético para ingestão de água subterrânea não considerada nos estudos realizados, que consta do Auto de Fiscalização e é objeto da advertência, reiteramos o que já foi dito em oportunidade anterior, a saber:

“- Observou-se que, embora conste do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 48/13, a informação de que não foi considerado o cenário hipotético associado a ingestão de água subterrânea, nos estudos realizados, em momento nenhum, a sua execução foi claramente solicitada. Assim também, não cabe a citação de que houve descumprimento de determinação formulada pelo Servidor credenciado deste Órgão, tendo sido considerados apenas os cenários identificados e reais, conforme norma.

- Observou-se ainda, que o estudo de avaliação de risco realizado para a área, foi executado antes da elaboração das normativas atualmente vigentes para elaboração de avaliação de risco, especificamente a ABNT NBR 16209/2013 - Avaliação de risco a saúde humana para fins de gerenciamento de áreas contaminadas, citado no Auto de Fiscalização 49223/2016. Em tempo, verificou-se que nem esta Norma Técnica e nem os procedimentos anteriores estabeleciam que cenários hipotéticos deveriam ser obrigatoriamente considerados em estudos de avaliação de risco.

- Reforçou-se que, na área em questão, não há e não houve registro da existência de poço de abastecimento.

- Cabe destacar que a Norma Técnica ABNT NBR 16209/2013, estabelece os seguintes requisitos técnicos para consolidação quanto aos cenários de exposição a serem considerados em avaliações de risco:

“Cenário de Exposição - situação com chance real de ocorrência onde o receptor pode vir a ser direta ou indiretamente exposto à(s) substância(s) química(s) de interesse, sem considerar condições extremas ou virtualmente impossíveis.”

“4.2.1 Caracterização dos cenários de exposição

A caracterização dos cenários de exposição consiste em definir todos os caminhos pelos quais a contaminação se desloca a partir da fonte primária e chega a uma população potencialmente exposta.

Cada cenário de exposição deve descrever um único mecanismo pelo qual cada população pode ser exposta a uma substância química, considerando um PDE e uma via de ingresso.

Os cenários de exposição devem ser sempre relacionados aos seguintes elementos:

- a) fonte primária de contaminação;
- b) fonte secundária de contaminação;
- c) caminho de exposição;
- d) ponto de exposição (PDE);
- e) via de ingresso;
- f) receptores."

"4.2.1.4 Pontos de exposição (PDE)

Os PDE, onde podem ocorrer o contato das SQI com um potencial receptor, devem ser identificados para cada compartimento do meio físico impactado ou potencialmente impactado, considerando os cenários atuais e futuros de uso e ocupação.

Os seguintes compartimentos devem ser considerados para a identificação de PDE:

- a) água subterrânea: se ocorrer a utilização de poços e nascentes para abastecimento municipal, industrial, doméstico e agrícola, bem como para atividades recreacionais."

"4.2.1.8 Consolidação dos cenários de exposição

A consolidação dos cenários de exposição deve contemplar somente as situações em que uma SQI está (ou estará) em contato com as populações potencialmente expostas.

Os elementos descritos anteriormente devem estar identificados e caracterizados para que um cenário de exposição seja considerado completo. A caracterização de cada um desses elementos deve servir como base para identificação de eventos de exposição atuais e futuros relacionados à área de interesse.

A integração de todas as informações de 4.2.1.1 a 4.2.1.7 permite determinar os cenários de exposição.

Devem ser consideradas três situações quanto aos cenários de exposição:

- a) cenários de exposição completos. Todos os seis elementos estão presentes;
- b) cenários potenciais de exposição. Um ou mais dos elementos podem não estar presentes, mas não existe informação suficiente para eliminar ou excluir o cenário;

c) cenários de exposição incompletos. Um ou mais dos elementos estão ausentes.

Neste caso, o cenário não é considerado na avaliação de risco.”

- Ademais, os últimos estudos não apresentaram resultados acima dos valores de referência de modo que pudessem ser consideradas em avaliações temporais. Não sendo detectada pluma de contaminação acima dos valores de referência, entende-se que não seria razoável inferir ponto de exposição hipotético para um cenário que já não tem uma via de exposição, no caso, o consumo de água subterrânea, em uma área industrial.”

DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO VALOR DA MULTA APLICADA

32. Paralelamente aos argumentos acima expostos, verifica-se que a presente autuação culminou na aplicação de multa simples no valor retificado de **R\$ 83.074,72**, sem que a Fiscalização tenha, contudo, evidenciado de forma pormenorizada os critérios que levaram a tal conclusão, em flagrante ausência de motivação.

33. Observa-se que o art. 50, II da Lei 9.784/1999 preconiza que “os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos”, quando, dentro outras hipóteses, “imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções”.

34. Por motivação entenda-se a necessidade de o julgador/administrador fundamentar a sua decisão, **externalizando os motivos que o levaram a tomar determinada medida**. Corolário do princípio da motivação, estão os princípios do contraditório e da ampla defesa, vez que o conhecimento expresso dos motivos pelos quais o julgador entende pela aplicação de uma determinada medida punitiva ao administrado, é pré-requisito essencial e indissociável que garantem ao acusado o exercício de sua autodefesa e de defesa técnica.

35. Daí porque ato administrativo sancionador, ausente de motivação, equipara-se, em certa medida, a ato arbitrário, eis que impede ao acusado conhecer os motivos pelos quais a medida se justifica, prejudicando o seu direito de defesa, esvaziando-o por completo, na medida em que a defesa deverá ser feita no escuro, ou através de exercício de suposições, o que fere totalmente o que prevê a Constituição.



36. Nas palavras de Fábio Medina Osório², o princípio da motivação “é pressuposto geral de justiça que um homem não deve submeter-se à vontade arbitrária de outro, sendo a motivação garantia de maior controle da vontade do agente público. Em boa medida, é garantia de vedação à arbitrariedade punitiva”. Entretanto, da análise do procedimento administrativo sancionador, vemos que o agente de fiscalização no momento de valorar a multa administrativa efetivamente aplicada pelo auto, não externou os motivos relacionados à dosimetria da pena pecuniária imposta.

37. Nesse contexto, apenas na eventualidade de subsistir o instrumento de autuação, considerando o valor elevado da penalidade aplicada, a ausência de motivação para a aplicação do valor da multa simples e o comportamento contraditório que condena a conduta da Fiscalização, imperiosa faz-se a revisão da penalidade, para patamares condizentes com a situação, caso a mesma eventualmente nãoi seja completamente anulada em razão da flagrante ilegalidade.

DOS PEDIDOS

38. Por todo o exposto, requer a Petrobras Distribuidora S/A seja recebida a presente **DEFESA ADMINISTRATIVA**, devidamente instruída com a documentação anexa, e analisados seus fundamentos, para que, ao final:

- a) Seja anulado o Auto de Infração ora impugnado, com seu consequente arquivamento, em face da conduta contraditória da Fiscalização, visto que a gestão da contaminação era de plena ciência do órgão ambiental, o que traduz em legítima expectativa da Autuada no sentido de que a condução do procedimento de gestão da área contaminada estaria regular;
- b) Na eventualidade de subsistir o Auto de Infração ora impugnado, que seja revisto o valor base da multa, de forma a reduzir a penalidade aplicada ao patamar mínimo, haja vista a ausência de conduta lesiva efetiva praticada pela Requerente.

² In Osório, Fábio Medina. Direito Administrativo Sancionador. Revista dos Tribunais, 2000. São Paulo: P. 406

39. Indica-se o seguinte endereço para fins de recebimento de notificações, intimações e comunicações: Rua Correa Vasques, nº 250 – bairro Cidade Nova – Rio de Janeiro/TJ – CEP 20.211-140.

Termos em que,

Pede deferimento

Belo Horizonte, 2 de setembro de 2018.



PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A

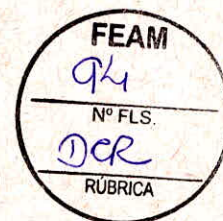
Arethúza Totti Silva Leonardo

OAB/MG 98.866





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração



PROCESSO:	455271/2016
AUTO DE INFRAÇÃO:	96139/2016
EMPREENDIMENTO:	PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A – BASE BETIM (BABET)

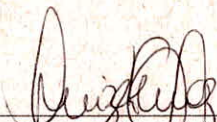
DESPACHO

À Chefia de Gabinete,

Gentileza encaminhar os autos para a área técnica competente, nos moldes da Portaria nº 657, de 06 de janeiro de 2020, para que seja verificado se o autuado regularizou a situação objeto da advertência aplicada, bem como analisada os documentos e questões técnicas suscitadas em defesa acerca do gerenciamento da área contaminada.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.


Luiza Ferraz Souza Frisancho
Analista Ambiental - FEAM
MASP 1.364.383-8

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 Edifício Minas, 1º andar, Bairro Serra Verde
CEP: 31.630-900 – Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3915-1436
Home Page: www.feam.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Gabinete



Processo nº 2090.01.0003624/2021-02

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2021.

Procedência: Despacho nº 1157/2021/FEAM/GAB

Destinatários: Luiz Otávio Martins Cruz
Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminada / Feam

C/c.: Diretoria de Gestão da Qualidade e Monitoramento Ambiental / Feam

Assunto: Encaminha para manifestação técnica - AI nº 96139/ 2016 - Processo Administrativo nº 455271/2016 - Petrobrás Distribuidora S/A - Base Betim (BABET)

DESPACHO

Senhor Gerente,

Com nossos cumprimentos.

Em atendimento ao Despacho do Núcleo de Auto de Infração (f. 94 doc. Sei 33370658), encaminhamos a presente demanda, referente ao AI nº 96139/ 2016 - Processo Administrativo nº 455271/2016, lavrado em face de Petrobrás Distribuidora S/A - Base Betim (BABET), para que seja verificado se o autuado regularizou a situação sob objeto da advertência aplicada, bem como sejam analisados os documentos e questões técnicas suscitadas em defesa acerca do gerenciamento da área contaminada.

Salientamos que, de acordo com a Portaria nº 657/2020, o processo deverá retornar ao Núcleo de Autos de Infração em 90 dias.

Atenciosamente,



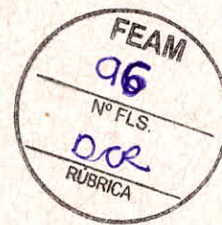
Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria de Araújo, Chefe de Gabinete**, em 12/08/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **33370639** e o código CRC **95756A5C**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas.



Memorando.FEAM/GERAQ.nº 103/2021

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2021.

Para: Alice Libânia Santana Dias

Diretora de Gestão da Qualidade e Monitoramento Ambiental

Para: Renata Maria de Araújo

Chefe de Gabinete

Assunto: Resposta ao Despacho nº 1157/2021/FEAM/GAB

Referência: [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 2090.01.0003624/2021-02].

Prezadas,

Foi encaminhado o **Despacho nº 1157/2021/FEAM/GAB** que solicita informações do Despacho do Núcleo de Auto de Infração (f. 94 doc. Sei 33370658), referente ao AI nº 96139/ 2016 - Processo Administrativo nº 455271/2016, lavrado em face de Petrobrás Distribuidora S/A - Base Betim (BABET). Assim informar se o autuado regularizou a situação sob objeto da advertência aplicada, bem como sejam analisados os documentos e questões técnicas suscitadas em defesa acerca do gerenciamento da área contaminada.

Quanto as questões técnicas que levaram a lavrar o auto de infração reforçamos as informações que contam no Auto de Fiscalização 49223/2016. Não houve cumprimento, por parte do responsável pelo empreendimento, do **OF.GERAC.FEAM.SISEMA n. 48/2013** pois as solicitações que constavam no ofício não foram atendidas. E, quanto a Declaração do Banco de Declarações Ambientais, independente da Feam estar ciente da contaminação na área, a mesma deveria ter sido preenchida conforme estabelecido na Deliberação Normativa Copam 116/2008.

Após a lavratura do Auto de Infração a área atendeu os requisitos do gerenciamento de área contaminada, regularizando a situação da advertência aplicada, assim adicionalmente informamos que a área está classificada como Área Reabilitada para o Uso Declarado Industrial conforme Certificado de Reabilitação nº 45 (3855634).

Atenciosamente,

Luiz Otávio Martins Cruz

Gerente da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas

Cíntia Guimarães dos Santos

Analista Ambiental - Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Guimarães Santos, Servidor(a) Público(a)**, em 25/08/2021, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Martins Cruz, Gerente**, em 25/08/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34218501** e o código

Certificado de Reabilitação de Área Contaminada

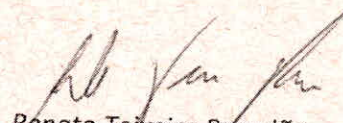
Nº 45

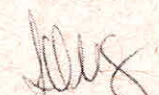
A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, inscrita no CNPJ nº 25.455.858/0001-71, com sede na capital do Estado de Minas Gerais, na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143, Serra Verde, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e competências da Gerência de Áreas Contaminadas conforme Decreto Estadual de nº 47.347, de 24 de Janeiro de 2018, que contém o Estatuto da FEAM, em cumprimento do estabelecido na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 02, de 08 de setembro de 2010, certifica:

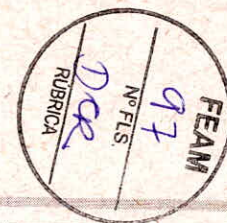
A área do imóvel localizado na Rodovia Fernão Dias – S/N - Km 427,5 - Centro, Betim/MG, localizado sob coordenadas: E 594.579 m, N 7.793.044 m, Datum SIRGAS 2000, registrado no Cartório de Registro de Imóveis – Comarca de Betim/MG, Registro Geral, Livro 2-RG, sob matrícula nº. 60.050, onde está instalado o empreendimento **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BASE DE BETIM**, CNPJ 34.274.233/0025-71, cuja atividade é F-02-04-6 (base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos), processo SIAM 00253/2000, em parte classificada como área contaminada, com uso atual Industrial, passa a ser classificada como **ÁREA REABILITADA PARA O USO DECLARADO**, para o(s) seguinte(s) uso(s): **INDUSTRIAL**, havendo necessidade de medidas de controle institucional (restrições ao uso da água subterrânea) para este uso.

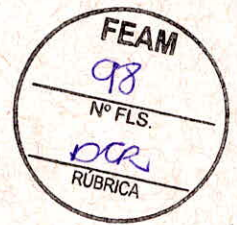
Este Certificado é válido somente nos termos e condições elencadas no **ANEXO ÚNICO**, o qual deverá acompanhar o presente documento.

Belo Horizonte, 12 de março de 2019.


Renato Teixeira Brandão
PRESIDENTE


Luiz Otávio Martins Cruz
GERENTE DE ÁREAS CONTAMINADAS





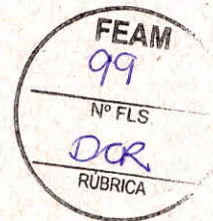
ANEXO ÚNICO – CONDIÇÕES DO CERTIFICADO DE REABILITAÇÃO DE ÁREA CONTAMINADA Nº: 45

O(s) responsável(is) legal(is) pela área reabilitada deverá(ão) observar e atender as seguintes condições:

- 1) O Certificado de Reabilitação de Área Contaminada para Uso Declarado não isenta e não substitui obrigação de obter outros documentos autorizativos exigíveis pertinentes nas esferas municipal, estadual e federal, nem demais exigências legais necessárias para implantação e uso da área, e não exime do atendimento à legislação ambiental, sendo que a utilização da área fora dos termos estabelecidos sujeitará o infrator às penalidades cabíveis.
- 2) A área reabilitada objeto do presente Certificado é restrita ao uso industrial, conforme considerado no estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana, e somente para atividade isenta de riscos adicionais. Para qualquer uso diferente deste, a FEAM deverá ser previamente notificada para avaliação e definição de estudos técnicos necessários para o novo uso pretendido. Em qualquer caso o uso do solo deverá atender ao zoneamento local, o que deverá ser devidamente comprovado, previamente à ocupação futura.
- 3) Fica restrito o uso da água subterrânea sem manifestação do órgão de controle e da FEAM, conforme Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH Nº 05, de 14 de setembro de 2017, na área da poligonal de vértices com as seguintes coordenadas: Datum SIRGAS 2000, fuso 23K, UTM (a) E: 594.386 m S: 7.793.133 m; (b) E: 594.214 m S: 7.792.902 m; (c) E: 594.433 m S: 7.792.742 m; (d) E: 594.800 m S: 7.792.800 m e (e) E: 594.800 m S: 7.793.000 m.
- 4) Para verificar a eficácia das medidas de controle institucional e a atenuação natural das concentrações residuais, por todo o período em que persistirem concentrações acima dos valores de investigação, deverá ser executado o monitoramento periódico da água subterrânea para acompanhamento das concentrações dos compostos químicos de interesse existente no site, e levantamento de uso de poços no entorno do empreendimento dentro da área de restrição, conforme programa de monitoramento definido/aprovado pela FEAM. O plano de monitoramento deverá ser realizado da seguinte maneira: as duas primeiras campanhas de amostragens serão realizadas com periodicidade semestral considerando o período de seca e o período de cheia para os compostos TPH (PM-15 e PM-16); Bário (PM-17 e PM-02 Brain); Chumbo (PM-14, PM-15 e PM-16); Cobalto (PM-02, PM-05, PM-17, PM-18, PM-02 Brain e PM-03 Brain); Ferro (PM-06A, PM-09, PM-12, PM-13, PM-14, PM-15, PM-16 e PM-02 Brain) e Manganês (PM-02, PM-02 Brain, PM-06A, PM-09, PM-12, PM-17 e PM-18). Posteriormente serão realizadas outras duas campanhas de periodicidade anual, cujas campanhas de monitoramento ocorrerão entre a cheia e a seca. A partir da quarta campanha de monitoramento, a partir dos resultados apurados nas campanhas realizadas será feita uma avaliação com o objetivo de verificar a necessidade de continuidade ou encerramento do plano de monitoramento para o controle da pluma de contaminação na área de restrição para o uso da água subterrânea.
- 5) Em qualquer contrato comercial ou transmissão do imóvel em qualquer título, o proprietário deverá incluir no contrato ou na escritura pública de transferências, de forma inequívoca: (1) as informações sobre a situação de contaminação da área, (2) as medidas de reabilitação para o uso declarado, (3) as restrições aplicadas ao imóvel, bem como (4) a obrigação de que o adquirente e seus sucessores cumprirão ou permitirão o cumprimento das recomendações e restrições contidas no Certificado de Reabilitação para Uso Declarado.
- 6) Cópia desta documentação deverá ser encaminhada ao atual proprietário do imóvel para ciência das obrigações relacionadas a este.
- 7) Deverá ser apresentado à FEAM, quando da edição do que prevê o artigo 39 da Deliberação Normativa Conjunta COPAM – CERH nº 02/2010, o protocolo de requerimento de averbação na respectiva matrícula imobiliária do conteúdo do Certificado de Reabilitação para o Uso Declarado ao Oficial de Registro de Imóveis competente, sendo que as informações a serem averbadas devem indicar, no mínimo e expressamente: (I) o uso para o qual ela foi reabilitada, que não poderá ser distinto dos usos autorizados pela legislação de uso e ocupação do solo, (II) a localização, condições de uso e tempo de vigência das medidas de controle institucional e de engenharia implantadas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
Gabinete



Processo nº 2090.01.0003624/2021-02

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.

Procedência: Despacho nº 1404/2021/FEAM/GAB

Destinatário: Gláucia Dell 'areti Ribeiro
Núcleo de Autos de Infração / Feam

Assunto: Encaminha manifestação técnica - AI nº 96139/ 2016 - Processo Administrativo nº 455271/2016 - Petrobrás Distribuidora S/A - Base Betim (BABET)

DESPACHO

Senhora Coordenadora,

Com nossos cumprimentos.

Encaminhamos, para conhecimento e providências no que couber, o Memorando.FEAM/GERAQ.nº 103/2021 (34218501) com a manifestação da área técnica referente ao AI nº96139/ 2016, lavrado em face de Petrobrás Distribuidora S/A - Base Betim (BABET).

Informamos que a pasta física referente ao PA nº 455271/2016, será remetida ao NAI.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria de Araújo, Chefe de Gabinete**, em 20/09/2021, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **35492682** e o código CRC **DC4E127E**.



PROCESSO Nº: 455271/2016

ASSUNTO: AI Nº 96139/2016

INTERESSADO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

ANÁLISE Nº 191/2021

O empreendimento foi autuado pela prática da infração tipificada no art. 83, anexo I, códigos 116 e 102, do Decreto nº 44.844/2008, nestes moldes:

“Houve descumprimento do artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, ao deixar de apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias químicas.”

“Houve descumprimento de determinação formulada por servidor credenciado da FEAM por meio do OF.GERAC.FEAM nº 048/13, ao não protocolar na GERAC/FEAM até o presente a avaliação de risco de sua área contaminada contemplando todos os cenários”

Foi aplicada multa simples no valor de R\$ 16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos) e penalidade de advertência.

O empreendimento apresentou defesa tempestiva às fls. 07/47, acrescida de documentos.

Em decisão de fl. 50, a penalidade de multa aplicada foi corrigida, o que a fez alcançar o valor de R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil, setenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Desta revisão, o empreendimento apresentou nova defesa, acrescida de documentos, às fls. 55/92.



Assim, como as defesas foram apresentadas tempestivamente, passa-se, por oportuno, à análise; ressalvando-se o disposto no art. 63 do atual Decreto nº 47.383/2018, que autoriza a autoridade competente, a seu critério, adentrar ao mérito mesmo que não atendidos requisitos formais da defesa.

A Petrobrás Distribuidora S/A alegou, na defesa de fls. 07/47, em síntese:

- Que a Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008 não ostenta natureza de lei, não podendo criar direitos e obrigações para terceiros;
- ter cumprido integralmente suas obrigações.

Inicialmente, cumpre ressaltar, que o empreendimento autuado não apresentou motivos ou provas capazes de afastar a autuação.

A empresa autuada inaugurou sua defesa alegando que a Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008 não poderia criar obrigações por não ostentar natureza de lei. Todavia, a alegação não merece guarida.

Ora, o arcabouço da legislação mineira sempre atribuiu ao COPAM a competência de estabelecer normas visando à proteção ambiental, razão pela qual para a configuração da infração tipificada no art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008, basta o descumprimento de qualquer determinação ou deliberação do COPAM que aprovem instruções, normas, padrões e diretrizes e outros atos complementares relativos à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e recursos hídricos, como acontece com a DN nº 116/2008.

Noutro giro, o empreendimento em nenhum momento conseguiu fazer prova de suas alegações refutando as infrações.

Como é cediço, as afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção “*juris tantum*” de legitimidade e veracidade em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico vigente. Isso significa que os atos administrativos são



presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, prova em sentido contrário, ônus que, na hipótese em questão, seria do autuado e não do órgão ambiental. A presunção de veracidade é o atributo do ato administrativo que diz respeito aos fatos, e, em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública. Neste sentido são as palavras do ilustre doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

“Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, com bem anota DIEZ. Essa característica não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado.

Vários são os fundamentos dados a essa característica. O fundamento precípuo, no entanto, reside na circunstância de que se cuida de atos emanados de agentes detentores de parcela do Poder Público, imbuídos, como é natural, do objetivo de alcançar o interesse público que lhes compete proteger. Desse modo, inconcebível seria admitir que não tivessem a aura de legitimidade, permitindo-se que a todo o momento sofressem algum entrave oposto por pessoas de interesses contrários. Por esse motivo é que se há de supor presumivelmente estão em conformidades com a lei.” (grifo nosso). (Manual de Direito Administrativo. FILHO, José dos Santos Carvalho, Livraria Editora Lumen Juris Ltda, 17ª ed. 2007, pag. 111).

Assim, a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima; o que, frisa-se, não ocorreu nos autos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração



Nesse sentido, a Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas, sedimenta os fatos constatados no Memorando FEAM/GERAQ nº 103/2021, à fl. 96:

“Quanto as questões técnicas que levaram a lavrar o auto de infração reforçamos as informações que contam no Auto de Fiscalização nº 49223/2016. Não houve cumprimento, por parte do responsável pelo empreendimento, do OF.GERAC.FEAM.SISEMA n. 48/2013 pois as solicitações que constavam no ofício não foram atendidas. E, quanto a Declaração do Banco de Declarações Ambientais, independentemente da Feam estar ciente da contaminação na área, a mesma deveria ter sido preenchida conforme estabelecido na Deliberação Normativa Copam 116/2008.”

Assim, verifica-se que a lavratura do auto de infração obedeceu aos ditames legais.

Quanto à infração do código 102, a área técnica da FEAM esclarece:

“Após a lavratura do Auto de Infração a área atendeu os requisitos do gerenciamento de área contaminada, regularizando a situação da advertência aplicada, assim adicionalmente informamos que a área está classificada como Área Reabilitada para Uso Declarado Industrial conforme Certificado de Reabilitação nº 45”

Desse modo, diante da regularização da situação objeto da advertência, não há que se falar em conversão da mesma em multa simples; pelo qual opinamos pela manutenção da penalidade de advertência, no que se refere à infração do código 102, bem como a manutenção da penalidade de multa simples aplicada para a infração do código 116.

Por fim, quanto à defesa apresentada às fls. 55/92, por ocasião da adequação do valor da multa simples, esta não merece prosperar. Não há que se falar em ausência de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM
Gabinete
Núcleo de Autos de Infração

motivação da retificação da multa simples, visto que conforme verifica-se no Controle de Auto de Infração e na Decisão de fls. 49/50 do processo administrativo, foram devidamente descritos os fundamentos jurídicos e legais para adequação do valor da penalidade.

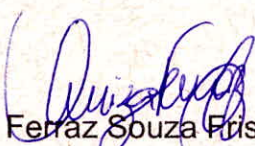
Assim, por todos os motivos expostos, opinamos pela manutenção da penalidade de multa simples no valor de R\$ R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil, setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) e de advertência, sem conversão em multa simples.

Ante o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM para manutenção do auto de infração e da multa aplicada no valor de **R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil, setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)** em consonância com o art. 83, anexo I, código 116, do Decreto nº 44.844/2008. Também opinamos pela manutenção da penalidade da **advertência sem conversão em multa**, ante a regularização da situação objeto da advertência, nos termos do art. 83, anexo I, código 102, do Decreto nº 44.844/2008.

Fica dispensada a análise jurídica da Procuradoria da FEAM, conforme revogação do inciso V, do art. 13, do Decreto nº 45.825/2011 e Parecer Jurídico da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais nº 15.507/2015.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2021.


Luiza Ferraz Souza Frisancho
Analista Jurídico





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM



PROCESSO Nº: 455271/2016

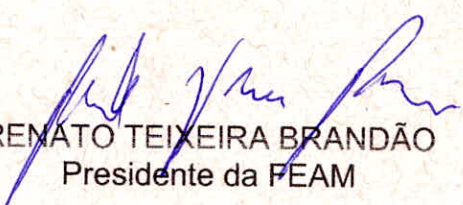
ASSUNTO: AI Nº 96139/2016

INTERESSADO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C § 1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e análise, decide manter a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil, setenta e quatro reais e setenta e dois centavos)** e de **advertência, sem conversão em multa**, em consonância com o art. 83, anexo I, códigos 116 e 102, do Decreto nº 44.844/2008.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2021


RENATO TEIXEIRA BRANDÃO
Presidente da FEAM



vibraenergia.com.br

+55 21 2354-4015

Rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova
CEP:20211-140, Rio de Janeiro/RJ-Brasil

AG
Recurso
x 2

**À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL
DE MINAS GERAIS – COPAM**

1500.01.0025835/2022-25

FEAM / NAI

AUTO DE INFRAÇÃO N.º 96139/2016

AUTO DE FISCALIZAÇÃO N.º 49.223/2016



Proc. Administrativo nº 455271/2016

Ofício FEAM nº 043/2022 NAI/GAB/FEAM/SISEMA



**VIBRA ENERGIA S/A (atual denominação de PETROBRAS
DISTRIBUIDORA S/A)**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº
34.274.233.0001-02, com sede na Rua Correia Vasques, nº 250, Cidade Nova, Rio de
Janeiro - RJ, endereço para o qual deverão ser direcionadas as futuras intimações
relativas a este feito, vem, por sua procuradora abaixo assinada, nos termos do artigo
66 do Decreto nº 47.383/2018, apresentar

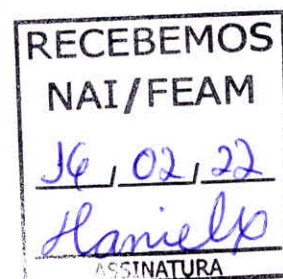
RECURSO

em face da decisão proferida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, que indeferiu
a defesa administrativa apresentada pela ora Recorrente, pelas razões a seguir
aduzidas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

2. O auto de infração em epígrafe foi recebido no endereço da Base de Betim da Vibra
(doravante designada simplesmente Recorrente), na cidade de Betim/MG, em
17.01.2022.

Pública



10. Conforme exposto na decisão aqui recorrida, a autoridade fiscalizadora entendeu que a Recorrente não teria apresentado “motivos e provas capazes de afastar a autuação”, limitando-se a afirmar que o agente público fiscalizador possui presunção “*juris tantum*” de legitimidade e veracidade, cabendo à Recorrente apresentar prova da conduta ilegítima. Como a Recorrente, supostamente, não teria apresentado tais comprovações, a autuação seria presumidamente legítima e legal.

11. Todavia, razão não assiste ao órgão ambiental, visto que, diferentemente do que fora alegado, a Recorrente apresentou diversos argumentos e provas que demonstram a clara ilegitimidade da penalidade a ela conferida. Argumentos e provas estes que não foram analisados e mencionados na decisão recorrida, ferindo seu dever de fundamentar adequadamente sua decisão.

12. Por este motivo, a Recorrente vê-se no direito e também no dever de brevemente rememorar a autoridade dos argumentos e provas apresentados, que demonstram a clara necessidade de anulação do Auto de Infração:

Argumento I – Não seria cabível a Recorrente ser penalizada por não ter apresentado à FEAM o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias química, relativo à Base de Betim, quando era de pleno conhecimento e acompanhamento desse órgão das medidas de gerenciamento ambiental da unidade, **desde 2006**. Registra-se, que foram, inclusive, apresentadas provas de tal conhecimento, às fls. 87 a 92. Além disso, a Vibra vem ao longo dos anos atendendo a todas as solicitações requeridas pelo órgão ambiental, tendo sido realizadas várias reuniões e tratativas em relação ao gerenciamento do passivo ambiental identificado no local. Ademais, em nenhum momento foi requisitado pelo órgão apresentação do referido formulário, que tem como objetivo único e exclusivo comunicar a ocorrência de contaminação em determinado local, que no caso concreto já era de conhecimento da FEAM.

Argumento II – Quanto à questão do cenário de exposição hipotético para ingestão de água subterrânea não considerada nos estudos realizados, faz-se necessário salientar que em momento algum a sua execução fora claramente solicitada. Não cabe afirmar que houve descumprimento de determinação formulada pelo Servidor

Código	116
Especificação das Infrações	Descumprir determinação ou deliberação do COPAM.
Classificação	Gravíssima
Incidência da Pena	Multa simples

Código	102
Especificação das Infrações	Advertência: sob pena de conversão em multa simples. Deixar de atender ou descumprir determinação de servidor credenciado, que não seja objeto de infração específica -
Pena	Advertência: sob pena de conversão em multa simples.
Classificação	Leve



7. Num segundo momento, com base no exercício do poder de autotutela, a Fiscalização entendeu por bem majorar a penalidade aplicada para R\$ 83.074,72, mantidos os demais elementos do auto de infração lavrado e abrindo oportunidade para a Requerente se manifestar sobre a majoração.

8. Apresentada Defesa pela Recorrente, o Auto de Infração foi mantido, conforme decisão proferida, na qual, em suma, entendeu a autoridade fiscalizadora que: i) “o arcabouço da legislação mineira sempre atribuiu ao COPAM a competência de estabelecer normas visando à proteção ambiental, razão pela qual para configuração da infração tipificada (...), basta o descumprimento de qualquer determinação ou deliberação do COPAM”; ii) “a Administração não tem o ônus de provar que seus atos são legais e a situação que gerou a necessidade de sua prática realmente existiu, cabendo ao destinatário do ato o encargo de provar que o agente administrativo agiu de forma ilegítima, o que, frisa-se, não ocorreu nos autos”; iii) “não há que se falar em ausência de motivação da retificação da multa simples, visto que conforme verifica-se no Controle de Auto de Infração e na Decisão de fls 19/50 do processo administrativo, foram devidamente descritos os fundamentos jurídicos e legais para adequação do valor da penalidade”.

9. Ocorre, todavia, que a decisão proferida insere no âmbito obrigacional responsabilidades que não podem ser imputadas à Recorrente, conforme já exposto anteriormente em sua peça de Defesa, e que será melhor elucidado a seguir.

III - DA SUPOSTA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, POR PARTE DA BR, DA CONDUTA ILEGÍTIMA NOTICIADA NO AUTO DE INFRAÇÃO

10. Conforme exposto na decisão aqui recorrida, a autoridade fiscalizadora entendeu que a Recorrente não teria apresentado “motivos e provas capazes de afastar a autuação”, limitando-se a afirmar que o agente público fiscalizador possui presunção “*juris tantum*” de legitimidade e veracidade, cabendo à Recorrente apresentar prova da conduta ilegítima. Como a Recorrente, supostamente, não teria apresentado tais comprovações, a autuação seria presumidamente legítima e legal.

11. Todavia, razão não assiste ao órgão ambiental, visto que, diferentemente do que fora alegado, a Recorrente apresentou diversos argumentos e provas que demonstram a clara ilegitimidade da penalidade a ela conferida. Argumentos e provas estes que não foram analisados e mencionados na decisão recorrida, ferindo seu dever de fundamentar adequadamente sua decisão.

12. Por este motivo, a Recorrente vê-se no direito e também no dever de brevemente rememorar a autoridade dos argumentos e provas apresentados, que demonstram a clara necessidade de anulação do Auto de Infração:

Argumento I – Não seria cabível a Recorrente ser penalizada por não ter apresentado à FEAM o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias química, relativo à Base de Betim, quando era de pleno conhecimento e acompanhamento desse órgão das medidas de gerenciamento ambiental da unidade, **desde 2006**. Registra-se, que foram, inclusive, apresentadas provas de tal conhecimento, às fls. 87 a 92. Além disso, a Vibra vem ao longo dos anos atendendo a todas as solicitações requeridas pelo órgão ambiental, tendo sido realizadas várias reuniões e tratativas em relação ao gerenciamento do passivo ambiental identificado no local. Ademais, em nenhum momento foi requisitado pelo órgão apresentação do referido formulário, que tem como objetivo único e exclusivo comunicar a ocorrência de contaminação em determinado local, que no caso concreto já era de conhecimento da FEAM.

Argumento II – Quanto à questão do cenário de exposição hipotético para ingestão de água subterrânea não considerada nos estudos realizados, faz-se necessário salientar que em momento algum a sua execução fora claramente solicitada. Não cabe afirmar que houve descumprimento de determinação formulada pelo Servidor

credenciado deste Órgão, uma vez que foram considerados os cenários identificados e reais, conforme norma.



Argumento III – Ademais, observou-se que o estudo de avaliação de risco realizado para a área fora executado antes da elaboração das normativas atualmente vigentes para elaboração de avaliação de risco, especificamente a ABNT NBR 16209/2013, citado no Auto de Fiscalização 49223/2016. Nem esta Norma Técnica e nem os procedimentos anteriores estabeleciam que cenários hipotéticos deveriam ser obrigatoriamente considerados em estudos de avaliação de risco. Frisa-, se, ainda, que a Norma Técnica ABNT NBR 16209/2013 estabelece os seguintes requisitos técnicos para consolidação quanto aos cenários de exposição a serem considerados em avaliações de risco:

“Cenário de Exposição - situação com chance real de ocorrência onde o receptor pode vir a ser direta ou indiretamente exposto à(s) substância(s) química(s) de interesse, sem considerar condições extremas ou virtualmente impossíveis.”

“4.2.1 Caracterização dos cenários de exposição

A caracterização dos cenários de exposição consiste em definir todos os caminhos pelos quais a contaminação se desloca a partir da fonte primária e chega a uma população potencialmente exposta.

Cada cenário de exposição deve descrever um único mecanismo pelo qual cada população pode ser exposta a uma substância química, considerando um PDE e uma via de ingresso.

Os cenários de exposição devem ser sempre relacionados aos seguintes elementos:

- a) fonte primária de contaminação;*
- b) fonte secundária de contaminação;*
- c) caminho de exposição;*
- d) ponto de exposição (PDE);*
- e) via de ingresso;*
- f) receptores.”*

“4.2.1.4 Pontos de exposição (PDE)”

Os PDE, onde podem ocorrer o contato das SQL com um potencial receptor, devem ser identificados para cada compartimento do meio físico impactado ou potencialmente impactado, considerando os cenários atuais e futuros de uso e ocupação.

Os seguintes compartimentos devem ser considerados para a identificação de PDE:

a) água subterrânea: se ocorrer a utilização de poços e nascentes para abastecimento municipal, industrial, doméstico e agrícola, bem como para atividades recreacionais.”

“4.2.1.8 Consolidação dos cenários de exposição”

A consolidação dos cenários de exposição deve contemplar somente as situações em que uma SQL está (ou estará) em contato com as populações potencialmente expostas.

Os elementos descritos anteriormente devem estar identificados e caracterizados para que um cenário de exposição seja considerado completo. A caracterização de cada um desses elementos deve servir como base para identificação de eventos de exposição atuais e futuros relacionados à área de interesse.

A integração de todas as informações de 4.2.1.1 a 4.2.1.7 permite determinar os cenários de exposição.

Devem ser consideradas três situações quanto aos cenários de exposição:

a) cenários de exposição completos. Todos os seis elementos estão presentes;

b) cenários potenciais de exposição. Um ou mais dos elementos podem não estar presentes, mas não existe informação suficiente para eliminar ou excluir o cenário;

c) cenários de exposição incompletos. Um ou mais dos elementos estão ausentes. Neste caso, o cenário não é considerado na avaliação de risco.”



Argumento IV – Ademais, os últimos estudos não apresentaram resultados

acima dos valores de referência de modo que pudessem ser consideradas em avaliações temporais. Não sendo detectada pluma de contaminação acima dos valores de referência, entende-se que não seria razoável inferir ponto de exposição hipotético para um cenário que já não tem uma via de exposição, no caso, o consumo de água subterrânea, em uma área industrial.

13. Portanto, em vista de todos os argumentos que já foram expostos pela Recorrente, em suas duas defesas, e **a ausência de menção a tais fundamentos na decisão recorrida**, não há como sustentar a alegação de que a Vibra não teria apresentado razões suficientes a afastar a autuação. Para que o órgão ambiental pudesse posicionar-se de tal maneira teria que, pelo menos, ter rebatido cada um dos argumentos trazidos pela Recorrente, o que não fez, motivo pelo qual a alegada requer a nulidade da decisão de 1º grau e sua reforma.

IV - DA INFRAÇÃO DO CÓDIGO 102, DO ARTIGO 83, ANEXO I, DO DECRETO 44.844/08 – INDEVIDA APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

14. Somando-se ao que já fora exposto, também se torna necessário salientar que a penalidade de advertência a qual a Recorrente foi condenada também se demonstra descabida, a despeito do que entendeu a decisão recorrida.

15. Consoante já demonstrado anteriormente pela Recorrente, após a realização de reuniões na FEAM em 04.03.2013, houve alinhamento entre a Vibra e o órgão ambiental em relação aos serviços que seriam realizados no local impactado, tendo a Recorrente, no mês seguinte (em 03.04.2013, conforme protocolo de correspondência já anexada a esses autos), apresentado todos os documentos que haviam sido determinados na mencionada reunião.

16. À época, o órgão ambiental, mesmo tendo todo tempo e oportunidade para tal, não se manifestou em nenhum momento sobre a necessidade de apresentação de nenhuma documentação ou estudo complementar, tendo a Recorrente sido surpreendida, **três anos depois**, com a emissão do OF.FEAM.GERAC.SISEMA 275/16 e Auto de Fiscalização 49223/2016. Salienta-se, ainda, que a Vibra vem, ao longo de todos os

anos, atendendo a todas as solicitações constantes dos ofícios, atas de reuniões, autos de fiscalização e condicionantes, relativas ao gerenciamento do passivo ambiental identificado no local, sem a existência de quaisquer questionamentos relativos aos 12 (doze) estudos executados, realizados por 05 (cinco) empresas distintas as quais utilizaram 03 (três) laboratórios diferentes.

17. Portanto, a aplicação de advertência em desfavor da Recorrente não pode ser mantida, visto que o requerimento por parte do órgão ambiental fere a segurança jurídica a qual deve prezar.

V - DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO VALOR DA MULTA APLICADA

18. Sobre a alteração arbitrária no valor da multa, que havia inicialmente sido fixada em R\$ 16.616,27 e fora posteriormente majorada para R\$ 83.074,72 (ou seja, **aumentada quase em 5 vezes**), a Recorrente havia salientado em sua peça de defesa que tal alteração fora feita sem que a Fiscalização tenha evidenciado de forma pormenorizada os critérios que levaram a tal conclusão, em flagrante ausência de motivação. Destacou-se, inclusive, que tal conduta fere o disposto no art. 50, II da Lei 9.784/1999, que preconiza que “os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos”, quando, dentro outras hipóteses, “imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções”.

19. Ao fundamentar a adequação de tal alteração, o órgão ambiental alegou que esta teria sido devidamente fundamentada na decisão de fls. 49/50. Esta, por sua vez, limita-se a afirmar que o valor deveria ser de R\$ 83.074,72 “por se tratar de infração classificada como gravíssima e empreendimento porte grande, conforme descrito pelo agente fiscalizador no Auto de Fiscalização nº 49223/2016 e Auto de Infração nº 96139/2016, tudo em observância à Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.349, de 29 de janeiro de 2016”.

20. Ocorre que, em momento algum, o órgão fiscalizador indica que parâmetros foram utilizados para classificar o empreendimento como de “porte grande” e a infração como “gravíssima”, demonstrando-se justamente nesse ponto a arbitrariedade e a ausência de fundamentação objetiva. Como os elementos que foram considerados para que a

autoridade chegasse a tal conclusão não foram explicitados, a Recorrente nem mesmo consegue defender-se e contra-argumentar, uma vez que a classificação da alegada infração ocorreu de maneira completamente subjetiva.



21. Observa-se que o art. 50, II da Lei 9.784/1999 preconiza que “os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos”, quando, dentro outras hipóteses, “imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções”.

22. No mesmo sentido a Lei nº 14.184/2002, que visa à proteção do direito das pessoas, inclusive jurídicas, ao consagrar como regente do processo administrativo o princípio da motivação, substancialmente vinculado aos aspectos de legalidade e segurança jurídica. Por motivação entenda-se a necessidade de o julgador/administrador fundamentar a sua decisão, **externalizando os motivos que o levaram a tomar determinada medida**. Corolário do princípio da motivação, estão os princípios do contraditório e da ampla defesa, vez que o conhecimento expresso dos motivos pelos quais o julgador entende pela aplicação de uma determinada medida punitiva ao administrado, é pré-requisito essencial e indissociável que garantem ao acusado o exercício de sua autodefesa e de defesa técnica.

23. Daí porque ato administrativo sancionador, ausente de motivação, equipara-se, em certa medida, a ato arbitrário, eis que impede ao acusado conhecer os motivos pelos quais a medida se justifica, prejudicando o seu direito de defesa, esvaziando-o por completo, na medida em que a defesa deverá ser feita no escuro, ou através de exercício de suposições, o que fere totalmente o que prevê a Constituição.

24. Nas palavras de Fábio Meda Osório¹, o princípio da motivação “é pressuposto geral de justiça que um homem não deve submeter-se à vontade arbitrária de outro, sendo a motivação garantia de maior controle da vontade do agente público. Em boa medida, é garantia de vedação à arbitrariedade punitiva”. Entretanto, da análise do procedimento administrativo sancionador, vemos que o agente de fiscalização no momento de valorar a multa administrativa efetivamente aplicada pelo auto, não externou os motivos relacionados à dosimetria da pena pecuniária imposta.

¹ In Osório, Fábio Meda. Direito Administrativo Sancionador. Revista dos Tribunais, 2000. São Paulo: P. 406



vibraenergia.com.br

+55 21 2354-4015

Rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova
CEP:20211-140, Rio de Janeiro/RJ-Brasil

25. Nesse contexto, apenas na eventualidade de subsistir o instrumento de autuação, considerando o valor elevado da penalidade aplicada, a ausência de motivação para a aplicação do valor da multa simples e o atendimento parcial das exigências, imperiosa faz-se sua revisão com o fim de reduzi-la, eis que aplicada de forma desproporcional à conduta tida como irregular.

VI - DO PEDIDO DE REFORMA

26. Com base no exposto, a VIBRA ENERGIA S/A requer **seja reformada a decisão que indeferiu a defesa apresentada pela ora Recorrente, anulando o Auto de Infração nº 9.6139/2016** pelos vícios que o maculam. Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer seja o presente Recurso Hierárquico encaminhado à Autoridade Superior para posterior julgamento.

27. No mérito, evidenciada a ilegalidade do Auto de Infração supra descrito, requer seja o presente **conhecido e integralmente acolhido, a fim de que seja declarada, de plano, a insubsistência do Auto de Infração lavrado**, uma vez que não há demonstração de conduta transgressiva da Vibra Energia S/A.

28. Eventualmente, caso não seja acolhida a insubsistência do Auto de Infração espera a Recorrente a redução do valor aplicado, sendo ainda conferido efeito suspensivo ao presente, até ulterior julgamento.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 7 de fevereiro de 2022.

VIBRA ENERGIA S/A

(atual denominação de PETROBRAS DISTRIBUDORA S/A)

Arethuza Totti Silva Leonardo

OAB/MG 98.866

Pública

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Autuado: Petrobrás Distribuidora S/A – Base Betim – Vibra Energia S/A

Processo nº 455271/2016

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 96139/2016, infrações gravíssima e leve, porte grande.

ANÁLISE nº 105/22

1) RELATÓRIO

Petrobrás Distribuidora S/A – Base Betim, agora denominada Vibra Energia S/A foi autuada como incurso no artigo 83, Códigos 116 e 102, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008, pela prática das seguintes irregularidades:

Houve descumprimento do artigo 2º, da Deliberação Normativa COPAM nº 116/2008, ao deixar de apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas por substâncias químicas.

Houve descumprimento de determinação formulada por servidor credenciado da FEAM por meio do OF.GERAC.FEAM Nº 048/13, ao não protocolar na GERAC/FEAM até o presente, a avaliação de risco de sua área contaminada, contemplando todos os cenários.

Recomendou o agente fiscal no AI nº 96139/2016 que a Autuada adotasse as medidas indicadas no Auto de Fiscalização nº 49223/2016.

Foram impostas duas penalidades, multa simples no valor de R\$ 16.616,27 (dezesesseis mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos) e advertência.

O valor da penalidade de multa simples foi corretamente alterado para R\$ 83.074,72 (oitenta e três mil e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos), em conformidade com a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2349/2016, considerados o porte grande e a natureza gravíssima da infração.

O Autuado apresentou sua defesa tempestivamente. Os pedidos foram julgados improcedentes e mantidas as penalidades de multa simples, no valor de R\$83.074,72, e de advertência, não convertida em multa por ter sido regularizada a situação que lhe deu causa.

A Recorrente foi devidamente notificada da decisão em 17/01/2022 e, inconformada, manejou tempestivamente o **Recurso** em 14/02/2022, no qual contrapôs que:

- não poderia ser penalizada por não ter apresentado o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias químicas, já que o órgão acompanhava as medidas de gerenciamento da unidade desde 2006 e não requisitou tal apresentação;
- não foi solicitada a execução do cenário de exposição hipotético para ingestão de água subterrânea e por isso não houve descumprimento de determinação do servidor;
- o estudo de avaliação de risco da área foi realizado antes dos normativos vigentes ABNT NBR 16209/2013, citado no AF 49223/2016;
- os últimos estudos não apresentaram resultados acima dos valores de referência e, não sendo detectada pluma de contaminação acima dos valores de referência, não seria razoável inferir ponto de exposição hipotético para um cenário que não tem via de exposição, no caso, o consumo de água subterrânea;
- apresentou em 03/04/2013 os documentos requisitados em reunião de 04/03/2013 e atendeu a todas as solicitações do órgão ambiental, de forma que a advertência não pode ser mantida;
- não foram indicados os parâmetros para alteração do valor da multa, utilizados para classificar o empreendimento como de grande porte e a infração como gravíssima.

Requeru que seja reformada a decisão que indeferiu a defesa e anulado o auto de infração julgado insubsistente o auto de infração; no mérito, que seja declarada a ilegalidade do auto de infração por inexistência de conduta

transgressiva e, eventualmente, seja reduzido o valor da multa, conferindo-se efeito suspensivo até ulterior julgamento.

É a síntese do relatório.



II) FUNDAMENTAÇÃO

Os fundamentos apresentados pela Recorrente não são bastantes para descaracterizar as infrações cometidas e autorizar a reforma da decisão que culminou na aplicação das penalidades ao empreendimento. Confirmam.

II.1. DAS AUTUAÇÕES. INFRAÇÕES CONFIGURADAS. REGULARIDADE. MANUTENÇÃO DAS PENALIDADES.

A Recorrente alegou que não poderia ser penalizada por não ter apresentado o formulário de cadastro de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias químicas, pois o órgão ambiental acompanhava as medidas de gerenciamento da unidade desde 2006 e não requisitou tal apresentação.

Tal argumento não é procedente, contudo.

Vejamos que a Recorrente foi autuada por cometer a infração gravíssima prevista no artigo 83, Código 116, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008, cujo tipo era *descumprir determinação ou deliberação do COPAM*.

Nesse sentido, a Deliberação Normativa do COPAM nº 116/2008 convocou os responsáveis por áreas contaminadas ou suspeitas de contaminação a apresentar à FEAM o Formulário de Cadastro de Áreas Suspeitas para subsidiar a elaboração do Inventário Estadual de Áreas Contaminadas¹.

¹ Art. 6º - De posse das informações dos formulários de cadastro a Feam irá elaborar o Inventário Estadual de Áreas Contaminadas, que será submetido à apreciação do COPAM e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, para subsidiar a elaboração do Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas.

Parágrafo único - O COPAM é o CERH constituirão, de forma conjunta, grupo de trabalho multidisciplinar e interinstitucional para estabelecer as diretrizes do Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas, incluindo a especificação das etapas de Diagnóstico, Intervenção e Monitoramento, bem como para a certificação da reabilitação de área contaminada para o uso declarado, no Estado de Minas Gerais.

Aparto que a deliberação estabelece, no artigo 8º, que o não cumprimento de seus termos sujeitará o infrator à aplicação das penalidades e sanções previstas na legislação ambiental.²

Ora, **a obrigação de prestar as informações consta de deliberação normativa do COPAM e independe da ciência ou não do órgão ambiental da existência e do gerenciamento de área contaminada.** Não há na deliberação qualquer ressalva nesse sentido.

Além disso, beira o absurdo o argumento da Recorrente de que não foi solicitado o cumprimento da obrigação normativa pelo órgão ambiental. Ora, a própria deliberação impõe a **obrigação de entrega da declaração** de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas. Vejamos:

Art 2.º - Os responsáveis por áreas suspeitas de contaminação e contaminadas por substâncias químicas, localizadas no Estado de Minas Gerais, ficam convocados a apresentar à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam, até o dia 31 de março de 2009 o Formulário de Cadastro de Áreas Suspeitas de Contaminação e Contaminadas por Substâncias Químicas, definido no Anexo I.

§1º - O Formulário de Cadastro de Áreas Suspeitas de Contaminação e Contaminadas por Substâncias Químicas será disponibilizado pela Feam para preenchimento e envio em meio eletrônico.

§2º - A Feam poderá solicitar informações complementares ao cadastro, em decorrência de normas supervenientes, visando à adequação e ao aprimoramento das informações solicitadas, para preenchimento e envio em meio eletrônico.

§3º - O preenchimento do Formulário de Cadastro de Áreas Suspeitas de Contaminação e Contaminadas refere-se tão somente ao fornecimento de informações para subsidiar a elaboração do Inventário Estadual de Áreas Contaminadas.

§4º - As informações apresentadas no Formulário de Cadastro de Áreas Suspeitas de Contaminação e Contaminadas por Substâncias Químicas serão consideradas sigilosas enquanto não confirmada a contaminação por meio de estudos específicos.

§5º - Para efeito de avaliação de uma determinada área suspeita de contaminação, o órgão ambiental poderá, a qualquer tempo, convocar o responsável ao preenchimento do Formulário de Cadastro de Áreas Suspeitas de Contaminação e Contaminadas por Substâncias Químicas.

² Art 8º - O não cumprimento do disposto nesta Deliberação sujeitará os infratores à aplicação das penalidades e sanções previstas em lei.



Argumentou ainda que não foi solicitada a execução do cenário de exposição hipotético para ingestão de água subterrânea e por isso não houve descumprimento de determinação do servidor.

Novamente sem razão a Recorrente, já que foi solicitada no Of.GERAC.FEAM.SISEMA nº 48/13 a realização de campanha de *monitoramento com amostragem de solo e água subterrânea e a verificação de risco para as vias de exposição, já que o cenário hipotético associado à ingestão de água subterrânea não havia sido contemplado nas campanhas precedentes*. Isso também foi relatado no Auto de Fiscalização nº 49223/2016, no qual a fiscal ressaltou que *após a solicitação a empresa avaliou somente volatilização do solo e volatilização da água subterrânea para ambiente aberto, ambos para receptores "on-site"*.

Igualmente infundada a afirmação da Recorrente de que o estudo de avaliação de risco da área foi realizado antes dos normativos vigentes ABNT NBR 16209/2013, citado no AF 49223/2016 e que não havia obrigação de considerar os cenários hipotéticos em estudos de avaliação de risco. Isso, por que à Recorrente foi requisitado pelo órgão ambiental, por meio do Ofício 48/13, que procedesse à realização de outra campanha de monitoramento com amostragem de solo e água subterrânea, com verificação de risco para as vias de exposição, que não havia sido apreciada nas campanhas anteriores. E a Recorrente não atendeu à requisição, avaliando somente volatilização do solo e volatilização da água subterrânea para ambiente aberto, para receptores *on site*. Então, por ter sido requisitada em 2013 e 2016 nova avaliação de risco, contemplando todas as vias de exposição, hipotéticas ou que se completem, para atendimento integral à norma técnica já em vigor quando destas requisições, a ABNT NBR 16209:2013, não há que se arguir conflito na aplicação da norma técnica.

Alegou a Recorrente que os últimos estudos não apresentariam resultados acima dos valores de referência e, não sendo detectada pluma de contaminação acima dos valores de referência, não seria razoável inferir ponto de exposição hipotético para um cenário que não tem via de exposição, no caso, o consumo de água subterrânea.

Contudo, essa não foi a constatação dos técnicos da fundação, que assim relataram no AF 49223/2016 e no Of. GERAC.FEAM.SISEMA n. 275/16, a existência de risco à saúde humana decorrente de contaminação, grande quantidade de borras dispostas sobre o solo, medidas de concentrações de contaminantes nas águas subterrâneas acima dos valores de investigação e mais. Confirmam:

Examinando o processo da empresa junto ao SISEMA conclui-se: (1) foi detectada fase livre (querosene de aviação) em área contaminada do empreendimento em 2002 (Relatório da Geoklock) sobre a qual não foi feito mais nenhum relato posterior, nem a respeito da necessária remoção da mesma em caráter emergencial à época; (2) em julho/2006 constatou-se a existência de risco à saúde humana decorrente da contaminação; (3) foram removidos 900 m³ de borras oleosas dispostas sobre o solo entre 2007 e 2008; (4) em relação aos contaminantes, foram relatadas concentrações que superam os valores de investigação – VI – da legislação nas águas subterrâneas, entre janeiro/2009 e março/2010, sendo que o indeno(1,2,3-cd)pireno superou 5,35 vezes o respectivo VI; o dibenzo(a,h)antraceno ultrapassou 4 vezes o seu VI; o benzo(a)pireno chegou a superar o VI em 3,47 vezes; o naftaleno foi 3 vezes seu limite (VI) e o benzo(a)antraceno em 1,97; (4) de outubro de 2010 a fevereiro/2013 nenhuma amostra superou mais os valores de VI nos 4 monitoramentos executados pela GEOAMBIENTE. Essa redução abrupta das concentrações dos contaminantes no ambiente hídrico subterrâneo, sem que tenha sido feita intervenção na área neste período, é incomum e inesperada, em face da persistência desses contaminantes.



E assim, em razão desses esclarecimentos, solicitou a área técnica da fundação as medidas constantes do AF 49223/2016.

A advertência foi mantida exatamente porque a Recorrente atendeu aos requisitos do gerenciamento de área contaminada, regularizando a situação objeto da penalidade aplicada, conforme Memorando.FEAM/GERAQ nº 103/2021. Observo que a advertência foi aplicada por não ter apresentado até outubro de 2016 a avaliação de risco de sua área contaminada, contemplando todos os cenários. E assim, por ter regularizado a situação, a advertência foi mantida, mas não foi convertida em multa, nos termos do artigo 58, do Decreto nº 44.844/2008.³

II.2. DAS MULTAS. VALORES. CRITÉRIOS. REGULARIDADE. MANUTENÇÃO.

A Recorrente arguiu que não foram indicados os parâmetros para alteração do valor da multa, utilizados para classificar o empreendimento como de grande porte e a infração como gravíssima.

Ocorre que a alteração do valor da multa não desconsiderou os critérios de classificação já estabelecidos no auto de infração nº 96139/2016, ou seja, foram mantidos o porte grande e a natureza da infração. O que foi retificado foi unicamente o valor da multa, por não ter sido observado o disposto no Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008 e na Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2349/2016.

Não será deferido o pedido de concessão de efeito suspensivo, em virtude do disposto no artigo 70, do Decreto nº 47.383/2018⁴.

³ Art. 58 - A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves.

Parágrafo único - Será determinado prazo de no máximo noventa dias àquele que houver cometido infração leve, para a regularização cabível, cujo descumprimento implicará conversão da penalidade de advertência em multa simples.

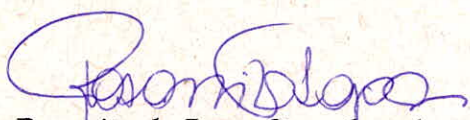
⁴ Art. 70 - A interposição de defesa ou de recurso quanto à aplicação de penalidades não terá efeito suspensivo.

Por conseguinte, não se encontram no recurso apresentado ou documentos acostados quaisquer razões para anular o auto de infração e, por isso, é imperiosa a manutenção da decisão proferida.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar as infrações cometidas, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e **sugiro o indeferimento do recurso interposto e a manutenção das penalidades aplicadas**, com fundamento no artigo 83, Códigos 102 e 116, do Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008.
É o parecer.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2022.



Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental – MASP 1059325-9